

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 63
MAI/JUN 2026

#492

CORREIOS E A CRISE
SOB ENCOMENDA

UMA COPA DO MUNDO
TRANSNACIONAL

ENTREVISTA

Felipe Nunes

"Queria que os brasileiros vissem no espelho que não há só divisão e conflito."

HISTÓRIA

200 anos da Câmara

Falta representatividade à casa que nasceu para representar

Velho mundo, novas fronteiras

ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA
É IMPULSO PARA TROCAS GLOBAIS E
OPORTUNIDADE PARA AS MÉDIAS EMPRESAS



RS34,90



9 770001 426016

TREINAMENTOS CUSTOMIZADOS
PARA EMPRESAS

**Saber mais.
Fazer melhor.
Competir
com vantagem.**

Desenvolva sua equipe
e impulse os resultados
de forma estratégica.

Docentes

Aprenda com quem
é especialista.

Gestão

Pilote seu projeto
com a gente.

Infraestrutura

Acesse recursos
de ponta.

+ de 1.500 cursos

Explore o melhor
para sua necessidade.

Cursos presenciais
e a distância.

**QUER
FAZER?
SENAC!**



[sp.senac.br/
corporativo](https://sp.senac.br/corporativo)

Atendimento
Corporativo



REDES SOCIAIS

CONTEÚDO Giovanna Costanti

DESIGN Lilian Doring

TRÁFEGO João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #492

Em vigor desde maio de 2026, o acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul trará oportunidades de mercado significativas para os pequenos empresários brasileiros. No entanto, também torna evidentes os gargalos históricos do continente. Especialistas advertem que enquanto negócios europeus já estão acostumados a trocas internacionais, os nacionais precisarão se reorganizar para usufruir do tratado.

EDIÇÃO FINALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes – não só para a classe empresarial, como também para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](https://www.linkedin.com/company/revista-problemas-brasileiros)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil que a PB se atualiza e se reinventa.

Reportagens, artigos, ensaios e podcasts que lançam um olhar abrangente sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](https://www.linkedin.com/company/revista-problemas-brasileiros)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)



8 Entrevista
FELIPE NUNES: "DIANTE DE IDENTIDADES MÚLTIPLAS, SÓ UM ELEMENTO UNE – O MEDO DE O OUTRO LADO TOMAR O PODER"



12 Capa
IMPULSO PARA OS PEQUENOS NO COMÉRCIO COM A EUROPA

18 Economia
HÁ SAÍDA PARA A CRISE DOS CORREIOS?

22 Artigo
"INICIATIVAS LEGISLATIVAS E IMPACTOS ECONÔMICOS", POR ANTONIO LANZANA

23 Artigo
"UMA POLÍTICA DE CIRCUNSTÂNCIAS", POR PAULO DELGADO

26 Notas
SITE PB E OUTROS DESTAQUES

28 Copa do Mundo
UM TORNEIO, TRÊS FRONTEIRAS

32 Inovação
OS 30 ANOS DA LEI DAS PATENTES

34 Artigo
"O CUIDADO COMO CHAVE DO TRABALHO DECENTE", POR CAIO MAGRI

35 Artigo
"REPUTAÇÃO E CONFIANÇA", POR PAULO NASSAR E HAMILTON SANTOS

36 Saúde
UM PAÍS QUE DORME MAL

40 Ciência
"AUTISMO SUBDIAGNOSTICADO", POR AGÊNCIA BORI

42 PB Indica
PARA LER E VER

43 Curiosidade
A SAUDADE É INTRADUZÍVEL?

44 História
OS 200 ANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

46 Charge
OPORTUNIDADES TRANSATLÂNTICAS

Dever cumprido

Foram muitas as nossas iniciativas em defesa das empresas nas últimas quatro décadas. Mesmo imersos em um cenário complexo, marcado por sucessivos planos (e fracassos) econômicos, escalada tributária e insegurança jurídica, os empresários tiveram papel preponderante nos avanços do País nesse período.

Dos anos 1980 para cá, o Brasil e o mundo são outros, talvez mais nos aspectos econômico e tecnológico. Na outra ponta — embora, sim, com melhorias —, carências sociais e educacionais ainda minam o potencial nacional.

Vimos e auxiliamos a Nação a concluir a sua transição democrática, apoiamos a promulgação da Constituição de 1988 e a volta da eleição direta para a Presidência da República. Contudo, hoje sabemos que as esperanças suscitadas por esses eventos não se traduziram necessariamente no país plenamente desenvolvido que almejávamos.

Muitas conquistas, porém, foram alcançadas, e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) pode se orgulhar de ter feito sua parte em prol da livre-iniciativa, do tratamento diferenciado para Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e do permanente diálogo entre capital e trabalho. Para além da atuação da Federação, pudemos ampliar os serviços oferecidos pelo Sesc-SP e pelo Senac-SP, entidades criadas para levar bem-estar e formação profissional aos trabalhadores e à sociedade.

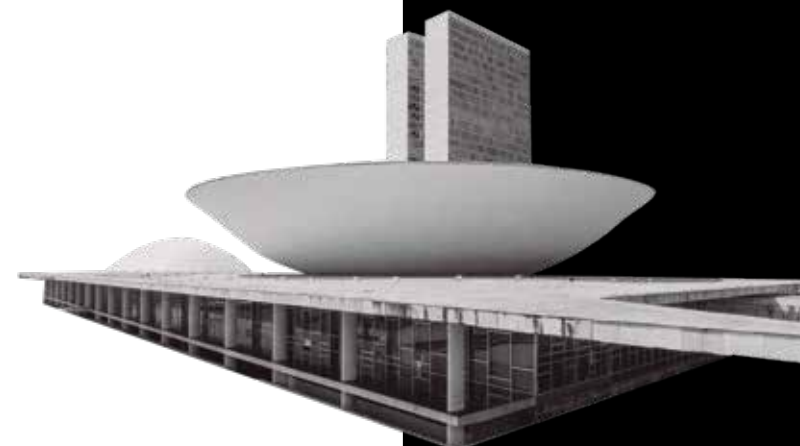
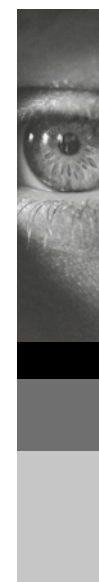
Algumas bandeiras desfraldadas nesse período continuam atuais, como as reformas estruturais do Estado, em especial a Administrativa, fundamental para destravar a lenta modernização nacional e proporcionar serviços públicos eficientes à população.

Estivemos na vanguarda do processo de inserção da economia brasileira na globalização, apoiando a abertura comercial e a formação de blocos como o Mercosul, que, após 20 anos de negociação, estabeleceu um acordo com a União Europeia, detalhado na reportagem de capa desta edição. Afinal, o acesso a novos mercados abre oportunidades também para os pequenos e médios negócios.

Fundada em 1938, às vésperas de completar 90 anos, a FecomercioSP mantém-se fiel ao compromisso de representar, perante os Poderes Públicos, os interesses das empresas do setor e orientá-las no sentido da produtividade.

Neste momento de passar o bastão para as novas lideranças empresariais aqui forjadas, compartilho o sentimento de dever cumprido e a certeza de que ainda há muito a ser feito na construção de um Brasil desenvolvido e socialmente justo.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP





O MEDO COMO CABO ELEITORAL

entrevista HUMBERTO DANTAS
edição de texto DIMALICE NUNES

HÁ DOIS CICLOS ELEITORAIS, A REJEIÇÃO AO OUTRO É O PRINCIPAL COMBUSTÍVEL DO DEBATE POLÍTICO. É O QUE EXPLICA **FELIPE NUNES**, PROFESSOR NA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV), CEO DA QUAEST E AUTOR DO LIVRO *BRASIL NO ESPELHO: UM GUIA PARA ENTENDER O BRASIL E OS BRASILEIROS* (GLOBO LIVROS, 2025). NA SUA AVALIAÇÃO, O MEDO TOMOU O LUGAR DE ASPIRAÇÕES QUE, ANTES, GERAHAM UNIDADE, COMO O COMBATE À INFLAÇÃO E A REDUÇÃO DA POBREZA. A POLARIZAÇÃO, QUE COMEÇA EM 2014 E SE ACENTUA EM 2018, ATINGE O PIOR NÍVEL EM 2022. “É A POLARIZAÇÃO AFETIVA, QUANDO PASSO A ACHAR QUE SÓ EU ESTOU CERTO”, DEFINE. MESMO DIANTE DO CANSAÇO GENERALIZADO CAPTADO NAS PESQUISAS QUE DERAM ORIGEM AO LIVRO, NUNES MANTÉM SEU PERFIL OTIMISTA POR NATUREZA E DIZ: “QUANDO OLHO NO ESPELHO, VEJO UM FUTURO MELHOR”.

Qual é a mensagem principal do seu livro? No livro, eu tento mostrar que mesmo com a polarização, que é óbvia, o Brasil é um país que tem cultura, hábitos, comportamentos e atitudes que são próprios, que fundamentam o País. O Brasil é tão grande, tão diverso, tão múltiplo, que enxergar essa unidade demanda o exercício de 10 mil entrevistas, e é difícil ver essa unidade. A unidade da fé, da família, da meritocracia, do individualismo, da desconfiança, a unidade do medo. Essas unidades, às vezes, passam despercebidas. Eu queria muito, primeiro, que os brasileiros, quando olhassem para o espelho, percebessem que não há só divisão, briga e conflito. Tem, claro, conflito eleitoral, político, mas é mais do que isso o que constitui a nossa sociedade. Temos que valorizar isso e entender que as características do Brasil podem ser potencializadas para a construção de um país realmente gigantesco.

Num recorte de 1997 a 2023, você nos dá a percepção de que voltamos no tempo. Mas o quanto, efetivamente, é real essa sensação? Quando o estudo que deu origem ao livro foi feito, em 2023, a primeira dúvida que eu passei a ter foi: será que estou olhando para um país diferente daquele em que nasci? As evidências reunidas mostram que, na década de 1990, conseguimos resolver a sensação de insegurança econômica e a hiperinflação. Isso construiu uma paz social fundamental para entender a história brasileira. Como achamos que a economia estava resolvida, que o modelo ficava em pé, usamos a década seguinte para resolver problemas sociais — a miséria, a pobreza, a desigualdade. E diria que também fomos muito bem-sucedidos ao fazer isso. Não à toa, nas eleições de 1994 e de 2002, esses dois projetos, o econômico e o social — aliás, de oposição —, venceram quase que no Brasil inteiro. É o período pré-polarização, em que o País está construindo unidade, inclusive territorial. Com essas questões resolvidas, foi permitido aos brasileiros pensarem diferente, tornarem-se mais autoexpressivos. E esse movimento é interrompido, obviamente, por uma crise internacional, que chega ao Brasil, mas também por uma crise política interna. Voltamos a nos preocupar com temas da década de 1990. Então, embora pareça um movimento pequeno, é suficiente para representar uma mudança significativa na postura e nas preocupações que os brasileiros tinham nessas quase três décadas. Por essa razão, esse retrocesso de 25 anos parece bastante real e contundente, mas não aconteceu de maneira uniforme. Quando se olha para o Brasil à luz das novas identidades, há divergências regionais, de gênero, etárias e econômicas que ficam mais bem marcadas. Aí temos 2014, com um processo de conflito político em que a polarização partidária vira social. É possível ver com mais clareza o voto de homens e mulheres, de ricos e pobres, do Norte e do Sul do Brasil. Até que, em 2018, essa polarização toma um outro caráter, que chega em 2022 no seu pior nível, que é o da polarização afetiva — quando passo a achar que só eu estou certo, que você está errado e que, portanto, não devemos morar no mesmo país.



QUERIA QUE OS BRASILEIROS, QUANDO OLHASSEM PARA O ESPELHO, PERCEBESSEM QUE NÃO HÁ SÓ DIVISÃO, BRIGA E CONFLITO.

Como um candidato ou candidata à Presidência da República dialoga com essas identidades?

Ela ou ele descobre que é mais fácil ativar o medo, a raiva e o temor do outro do que pausar uma agenda. E esse é o desafio. Faz dois ciclos eleitorais que a rejeição ao outro é o que alimenta a unidade. Porque num lugar onde há identidades tão múltiplas, só tem um negócio que pode juntar essa turma: o medo de o outro lado tomar o poder e, de alguma maneira, prejudicar o seu lado. E é isso que os políticos estão fazendo a cada novo ciclo eleitoral, utilizando o receio, o medo e a rejeição ao outro como o estímulo para juntar esse povo todo diferente, em vez de juntar, por exemplo, como foi no passado, com o debate sobre a inflação. Os debates eram proativos. Hoje, dada essa alta fragmentação, o que descobrimos é que só tem um jeito, o medo. E aí temos um país refém das rejeições, e não das propostas.



Homens brancos estão ficando sozinhos em algumas crenças mais tradicionais. Só que esses homens brancos mais envelhecidos são a maioria absoluta na política. Isso explica a ausência de legitimidade na política, o fato de as pessoas não se verem no espelho?

Diria que estamos numa transição — e a instabilidade dessa transição é difícil. Há pouquíssimo tempo, só os homens votavam. Quais homens? Os que tinham renda. Quais tinham renda? Os brancos. Então, é natural imaginar que eles formaram a elite pensante, econômica e decisória do País. Depois, abriu-se espaço político para as mulheres votarem, mas, ainda assim, o componente “renda” sempre foi importante, porque a escolaridade no Brasil sempre foi assimetricamente distribuída. Então, havia uma elite, em sua maioria branca, homens e mulheres, que tomava decisões. Só que, com o passar do tempo, esses homens brancos, com renda, que eram

os únicos que votavam — portanto, únicos que eram votados —, viram a sociedade clamar por transformação, uma renovação política que incorporasse novas ideias e novas características ao sistema. E é daí que vem o aumento das mulheres, da representação de classes, de grupos sociais etc. Transições como essa, obviamente, sofrem a resistência de quem está no poder. O mais impressionante é que enquanto a sociedade pede mudança e diz que a política não a representa, também está ficando mais conservadora, com mais medo e insegura. Esses dois processos estão colidindo entre si de tal modo que o medo, a preocupação com o caos e a busca por uma ordem, de alguma maneira, travam e vão de encontro às necessidades de pluralidade, da representatividade que a política precisa. Por isso que renovar é tão difícil, porque, de um lado, há a resistência de quem é *status quo*, e do outro, o medo que a mudança provoca. Não à toa, em 2026, um ano importante na política, estamos discutindo justamente se é ou não o momento de uma mudança geracional e de novos políticos assumirem a responsabilidade de tocar as agendas do futuro. Nós vamos viver a grande mudança geracional nos próximos anos.

O cansaço do brasileiro com o trabalho e a economia pode ser capturado do ponto de vista da polarização que começa em 2014 e chega ao auge em 2022. A eleição de 2026 pode ser diferente?

Penso que não. Vai ser uma eleição de mais cansaço. O brasileiro diz que está cansado por uma questão econômica, já que a renda do trabalho não é capaz de atender às suas necessidades objetivas e ele precisa ter mais trabalho e aumentar a renda para dar conta do básico. Essa situação gera um cansaço absurdo. No caso das mulheres, tem a dinâmica da casa, viramos um país cansado. Só que há um elemento que não está dito, ainda que expresso no estudo, que é justamente a dinâmica do cansaço com a política — como se a política não fosse capaz de trazer soluções concretas de melhoria de vida. Não podemos dizer que “há alguém cuidando desse problema, eu posso descansar”. Não, estamos o tem-

po todo preocupados, afetados pela instabilidade, pelo caos, pela briga, pela disputa. Essa preocupação, obviamente, traz um cansaço.

Queria finalizar nosso bate-papo com esperança, uma vez que você afirma que seu livro ajuda a projetar o nosso futuro.

Obviamente agradeço a muita gente, mas dedico o livro ao Lucas, à Luisa e ao Eduardo, meus dois enteados e meu filho, que são minha esperança de um futuro melhor. Sou um cidadão otimista por natureza, muito influenciado pela visão de que essa história de sermos vira-latas tem que ficar para trás. Esse é um país realmente com grandes potencialidades que, se bem encaminhadas, podem fazer com que sejamos um país extraordinário. Está nas nossas mãos. E os anos eleitorais deveriam servir para isso, para termos esperança de que aconteça o fim da violência, num ambiente institucional mais seguro, com mais confiança. Temos que encontrar esse caminho e podemos fazer isso, porque o povo brasileiro é extraordinário. Quando olho no espelho, vejo um futuro melhor.

ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR:



EUROPA PARA OS PEQUENOS

Em vigor desde maio de 2026, o acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul trará oportunidades de mercado significativas para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) sul-americanas (e brasileiras), mas também torna evidentes os gargalos históricos do continente. Especialistas advertem que, enquanto negócios europeus já estão acostumados a trocas internacionais, os nacionais precisarão se reorganizar para usufruir do tratado.

texto VINÍCIUS MENDES



Não fazia muito tempo que Christian Tavares tinha visto, em um vídeo no Instagram, um influenciador de negócios apontar os efeitos do acordo entre a UE e o Mercosul para as empresas brasileiras. Assinado em janeiro deste ano, em Assunção, capital do Paraguai, o tratado permite aos blocos a troca de produtos e serviços sem restrições — e está valendo desde o dia 1º de maio. Até então, Tavares nem sequer havia ouvido falar do assunto, embora as negociações entre os sul-americanos e os europeus tenham começado, de fato, em uma reunião entre os líderes de ambos os continentes no longínquo ano de 1999, no Rio de Janeiro.

Empresário do ramo têxtil no bairro do Brás, no centro de São Paulo, ele administra dois negócios complementares: uma importadora — que compra tecidos e demais matérias-primas de chineses — e uma loja que os revende e produz peças de roupas para venda no atacado, sobretudo para clientes que as revendem no próprio Brás. “Para ser sincero, ainda não entendi o que isso vai mudar na minha vida”, constatava ele, no começo de março.

Juntas, suas duas empresas empregam cerca de 70 pessoas, enquanto outras cem orbitam em atividades paralelas, desde descarga de materiais até agências de comunicação e de contabilidade, por exemplo. Pela definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são dois negócios de pequeno porte, entre 10 e 49 funcionários. A sua importadora, maior, tem 45 colaboradores. A loja, pouco mais de 30.

A reportagem começou, então, a questionar os fluxos dos negócios de Tavares. Quem são os operadores logísticos dos tecidos entre China e Brasil? A empresa tem algum cliente que revende as roupas na Europa? Há algum tipo de insumo que venha do continente europeu? Existem planos de expansão internacional? O empresário prometeu responder duas semanas mais tarde. Quando a reportagem o reencontrou, em seu escritório no Brás, na tarde de uma sexta-feira, ele estava exultante. Não só tinha se apropriado dos termos do acordo, agora destacados nos jornais, como também planejava aproveitá-los. “Ainda não tenho muito claro como fazer isso, mas posso dizer, sem medo de errar, que ficou mais fácil para um negócio como o meu — pequeno e nichado — chegar ao mercado europeu. Isso é muito revolucionário”, comemorava.

Não é uma empolgação trivial. “Haverá, de fato, condições mais favoráveis para os negócios de ambos os continentes, porque a queda de barreiras comerciais e, sobretudo, uma maior previsibilidade regulatória — por parte dos europeus — fará com que nossos produtos ganhem um novo patamar de competitividade no bloco”, explica Fabio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e ex-subsecretário de Comércio e Serviços do Ministério da Economia (2019–2020).

REGRAS DO JOGO

A ênfase que Pina dá à previsibilidade é explicada pela fama dos europeus de criarem regras que, na prática, operam como barreiras comerciais difíceis de serem superadas, que vão desde normas sanitárias rígidas para os produtos que chegam ao continente até as chamadas regras de origem, que descrevem características obrigatórias de itens destinados ao mercado externo. Não é de hoje que especialistas avaliam que, para proteger setores produtivos locais politicamente barulhentos — como a agricultura francesa ou a pecuária belga —, a UE cria leis praticamente intransponíveis, mas com justificativas razoáveis, como a preocupação com a sustentabilidade.

“Os governos europeus souberam fazer isso elegantemente, ao contrário do [presidente dos Estados Unidos, Donald] Trump e a sua política tarifária”, compara Vera Thorstensen, coordenadora da Cátedra da Organização Mundial do Comércio (OMC) brasileira e professora na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP). “A simplificação das regras de origem e a diminuição de toda a burocracia aduaneira atual serão, sem dúvida, um marco divisorio na competição entre as empresas da América do Sul e as da Europa”, continua Pina, para emendar: “Não só as grandes, mas também as pequenas e médias, ainda que em menor grau”.

MERCOSUL-UE PARA PMES

Mas, na prática, o que muda para negócios de menor porte, como os de Christian? O português Bernardo Ivo Cruz olha,

PANORAMA DAS PMES EXPORTADORAS (2023–2024)

Fonte: Sebrae e MDIC



	MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E MICROEMPRESAS				EMPRESAS DE PEQUENO PORTE			
	2023		2024		2023		2024	
	Número de empresas	Valores em US\$	Número de empresas	Valores em US\$	Número de empresas	Valores em US\$	Número de empresas	Valores em US\$
ÁFRICA	375	37,5	383	33,2	420	78,8	408	87,9
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	546	29,7	543	32,2	608	155,7	665	151,7
AMÉRICA DO NORTE	2.349	253,9	2.202	280,6	1.843	348,6	1.889	320,7
AMÉRICA DO SUL	2.176	270,2	2.094	226,7	2.706	525,5	2.718	422,1
ÁSIA	833	144,2	832	164,4	858	261,6	823	292,8
EUROPA	1.756	221	1.703	140,5	1.421	294,6	1.471	301,1
OCEANIA	254	6,6	241	6	230	19,5	218	19,6
ORIENTE MÉDIO	370	38,6	370	26,7	337	83,7	355	111

sobretudo, para as cadeias produtivas. Professor no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e na Universidade NOVA de Lisboa, além de ter ocupado cargos governamentais em seu país nos últimos anos, o cientista político acredita que as repercussões do acordo para as PMEs brasileiras e sul-americanas serão indiretas. “Os grandes negócios vão dinamizar suas trocas internacionais e, assim, os pequenos e médios que estiverem integrados às cadeias de fornecimento deles aumentarão vendas e receitas em decorrência disso”, explica.

Para o contexto brasileiro, essa é uma boa notícia. Cálculos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) indicam que, dos pouco mais de 27 milhões de empresas ativas no Brasil atualmente, em torno de 27% são Microempresas (MEs), cujo faturamento bruto anual é de até R\$ 360 mil. Há um universo de 1,8 milhão de Empresas de Pequeno Porte, as EPPs, com receitas entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões por ano. Segundo a análise de Ivo Cruz, ambos são os modelos mais sensíveis ao acordo, se já estiverem orbitando as grandes.

São as pequenas empresas ainda, lembra Pina, que dão a tônica cotidiana da economia brasileira — em 2022, negócios com até nove funcionários (as

micro, na definição do IBGE) eram responsáveis por quase 17% dos trabalhadores e trabalhadoras formais no País, segundo o Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE. Além disso, são as PMEs que dinamizam a força de trabalho, já que, afirma o Sebrae, elas geraram 7 em cada 10 vagas formais no Brasil em 2025, um total de 1,3 milhão de postos de trabalho.

No entanto, nem todas as PMEs sentirão os benefícios do acordo da mesma forma, pontua o cientista político português, observando que, na verdade, aquelas que ainda não estão integradas às cadeias produtivas de grandes negócios, ao contrário, terão proveitos “um bocadinho marginais”. “Eu diria que, para essas, não haverá enormes ganhos, mas tampouco terão grandes problemas. Talvez as que já estejam vendendo em mercados locais maiores, como São Paulo, até sintam os efeitos, mas, ainda assim, de maneira reduzida.”

Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Sebrae apontam que, de 2023 para 2024, o número de PMEs exportadoras cresceu timidamente, variando conforme o continente de destino. Entre as EPPs, havia mais negócios vendendo para a Europa (1.421 para 1.471), a América do Sul (2.706 para 2.718) e a América do Norte (1.843 para

“OS GRANDES NEGÓCIOS VÃO DINAMIZAR SUAS TROCAS INTERNACIONAIS E, ASSIM, AS PEQUENAS E MÉDIAS QUE ESTIVEREM INTEGRADAS ÀS CADEIAS DE FORNECIMENTO AUMENTARÃO VENDAS E RECEITAS DECORRENTES DO ACORDO.”



BERNARDO IVO CRUZ, professor no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e na Universidade NOVA de Lisboa

1.889), em 2024, do que no ano anterior. No entanto, o saldo resultou negativo, na passagem dos anos, entre os MEIs e as MEs.

INOVAÇÃO SEM BARREIRAS

Há, ainda, outro fator relevante na conta de Ivo Cruz: a tecnologia. Na sua análise, essa é, na verdade, a grande atração de empresas sul-americanas no escopo do acordo entre a UE e o Mercosul, já que, além de a inovação poder se tornar mais barata nesse setor, dependendo do produto ou serviço, há um leque enorme de possibilidades ainda não exploradas no mercado digital. “Para as pequenas empresas brasileiras, argentinas, etc., é a chance de chegarem a um mercado muito rico e muito interessado tanto em tecnologia como em sustentabilidade”, avalia, lembrando que é em Lisboa, capital portuguesa, que acontece anualmente o principal encontro de empresas de tecnologia do mundo, o Web Summit.

A associação entre tecnologia e sustentabilidade não vem do acaso, uma vez que as pesquisas mostram que os consumidores europeus estão entre os mais atentos a produtos e serviços associados à pauta ambiental. Segundo estudo da consultoria McKinsey realizado em 2025, 1 em cada 3 pessoas do bloco (30%) disse que considera extremamente importante, ou muito importante, o impacto ambiental daquilo que consume. Esse número chega a 34% na Alemanha e a 33% na Itália. No entanto, a percepção de qua-

lidade (60%, na média) e preço (59%) ainda são os fatores mais relevantes na decisão de compra.

A pesquisa mostra, surpreendentemente, que 70% dos europeus consideram fundamental que as embalagens dos produtos sejam recicláveis — um número que chega a 77% no Reino Unido e a 74% no mercado alemão. “O lado europeu tem muito interesse nessa dinâmica de sustentabilidade que a América do Sul pode ofertar. Há também toda a indústria de bem-estar, que noto como algo muito brasileiro — o alimento saudável, o exercício físico — que certamente terá mercado aqui”, completa o cientista político português.

DE LÁ PARA CÁ

E o consumo de produtos europeus no mercado sul-americano? “O problema é que somos mais pobres”, pontua o cientista político Leonardo Paz Neves, pesquisador no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getulio Vargas (FGV NPII). “Quem está na base da pirâmide — boa parte das populações do Mercosul — vai ter dificuldades em acessar os produtos europeus que passarão a circular no continente. E como são as empresas que compõem a base da cadeia produtiva, elas terão que subir padrões na criação de produtos e serviços mais sofisticados sem perder a competitividade”, prossegue.

Na visão do pesquisador, contrária à de Ivo Cruz, o efeito do acordo entre os dois blocos será abrangente, independentemente de quem esteja

ou não inserido em cadeias maiores de suprimento. “Quando tarifas são eliminadas, as economias envolvidas são inevitavelmente afetadas. O que vamos entender agora, com a entrada do acordo em vigor, é como cada contexto empresarial vai se adaptar.” Uma diferença vital é que as PME do bloco europeu estão mais acostumadas a negociar entre mercados locais, o que faz com que o empresariado tenha facilidade institucional e capacidade exportadora mais afiada, analisa.

Em 2024, mais da metade das transações comerciais europeias (58,3%) ocorreu em trocas internas, segundo dados dos Observatory of Economic Complexity (OEC). “O empresário europeu já comercializa em nível continental, é mais sofisticado. Mas o brasileiro tem dilemas: a produtividade não cresceu, assim como a capacidade de inovar. O Brasil avançou pouquíssimo em incentivar os setores produtivos”, observa Paz Neves. “Por tudo isso, acredito que vamos sofrer um pouco. As empresas médias vão sentir, antes de tudo, esse fluxo maior de produtos europeus e terão que lidar com isso de alguma forma”, pontua.

No entanto, de acordo com Pina, da FecomercioSP, é interessante como o acordo entre os dois blocos é uma tentativa de modificar as dinâmicas comerciais de ambos os lados do Atlântico. Em 2025, segundo os relatórios oficiais, nenhum país sul-americano figurou entre os principais parceiros europeus. A China, na verdade, foi quem forneceu a maior quantidade de produtos e serviços (22,3%) para a UE, o que correspondeu a € 559,4 bilhões (R\$ 3,36 trilhões) em trocas, um aumento de 6,4% em comparação com 2024. Em seguida, estiveram os Estados Unidos (14%) e o Reino Unido (6,3%).

Os Estados Unidos, por sua vez, são os principais clientes, respondendo por 21% de todas as exportações europeias nesse período, um mercado de € 554 bilhões. Reino Unido (13%), Suíça (8,3%), China e Turquia completam o quadro. “De um lado, são dados que apontam para a tentativa de diversificar os parceiros comerciais. A Europa depende bastante dos Estados Unidos e da China, dois rivais globais que, no contexto atual, geram incertezas”, ressalta Pina. Para a UE, segue o economista, ter um acordo de livre-comércio com o Mercosul é uma alternativa de mercado para seus produtos e a

O CENÁRIO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

27% do total de empresas no Brasil (27 milhões) são Microempresas (MEs).

1,8 MILHÃO são Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e

17% da força de trabalho celetista do Brasil está situada em PMEs, segundo o IBGE.

1,3 MILHÃO de vagas formais foram geradas por essas empresas só em 2025.

11,7 BILHÕES DE DÓLARES foi o total de exportações para o principal parceiro brasileiro na UE em 2025: a Holanda.

Fonte: Sebrae

chance de acessar matérias-primas a preço relativamente baixo. “PMEs estão no meio dessa conjuntura”, afirma. Por outro lado, completa, o Mercosul lida com desafios crônicos. Não há apenas a dependência das demandas chinesas, mas também uma dificuldade das empresas de se relacionarem dentro da moldura do bloco — o que, agora, será uma exigência caso queiram acessar as vantagens de poder negociar livremente com a UE.

A China, principal parceiro do Brasil, conta com uma participação de 28,7% no total de exportações do País, seguida pelos Estados Unidos (12%) e pela Argentina (5,5%). Atualmente, a Holanda é o primeiro país europeu dessa lista, respondendo por tímidos 3,39% das demandas por produtos brasileiros. Por outro lado, a Argentina, a outra potência do bloco sul-americano, tem no Brasil seu principal fornecedor, tendo comprado, só em fevereiro de 2026, US\$ 1,1 bilhão em produtos e serviços. China e UE, além dos Estados Unidos e do Paraguai, completam os cinco primeiros do quadro de importações, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec), equivalente ao IBGE na Argentina.

PLANEJAR PARA CRESCER

Paz Neves, da FGV, prefere olhar para os efeitos ambíguos do acordo. A competitividade das empresas brasileiras deve crescer, mas com algum nível de desindustrialização. “Alguns setores vão passar melhor por essas mudanças, como o Agromercado, que já é competitivo e tem políticas estruturadas há décadas, enquanto outros terão de rever suas dinâmicas — e, então, parece que isso terá mais força entre as PMEs”, opina.

O cientista político gosta de dar o exemplo do segmento de cosméticos. Paz Neves nota que, há algumas décadas, quando as marcas europeias chegaram ao mercado local, parecia que elas monopolizariam o mercado. Contudo, a junção de políticas, investimento em inovação, mão de obra qualificada e estratégias assertivas fez com que o Brasil não só produzisse gigantes do setor como também pudesse enfrentar as ofertas de fora. “É esse o exemplo que me faz pensar que não será uma quebradeira. As empresas que perderem mercado vão correr atrás, treinar seus trabalhadores, investir em automação e em pesquisa e desenvolvimento. Vão melhorar o produto”, argumenta.

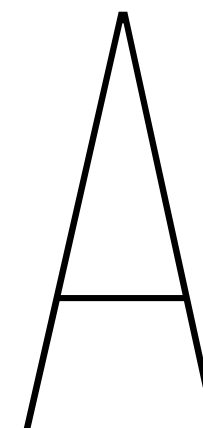
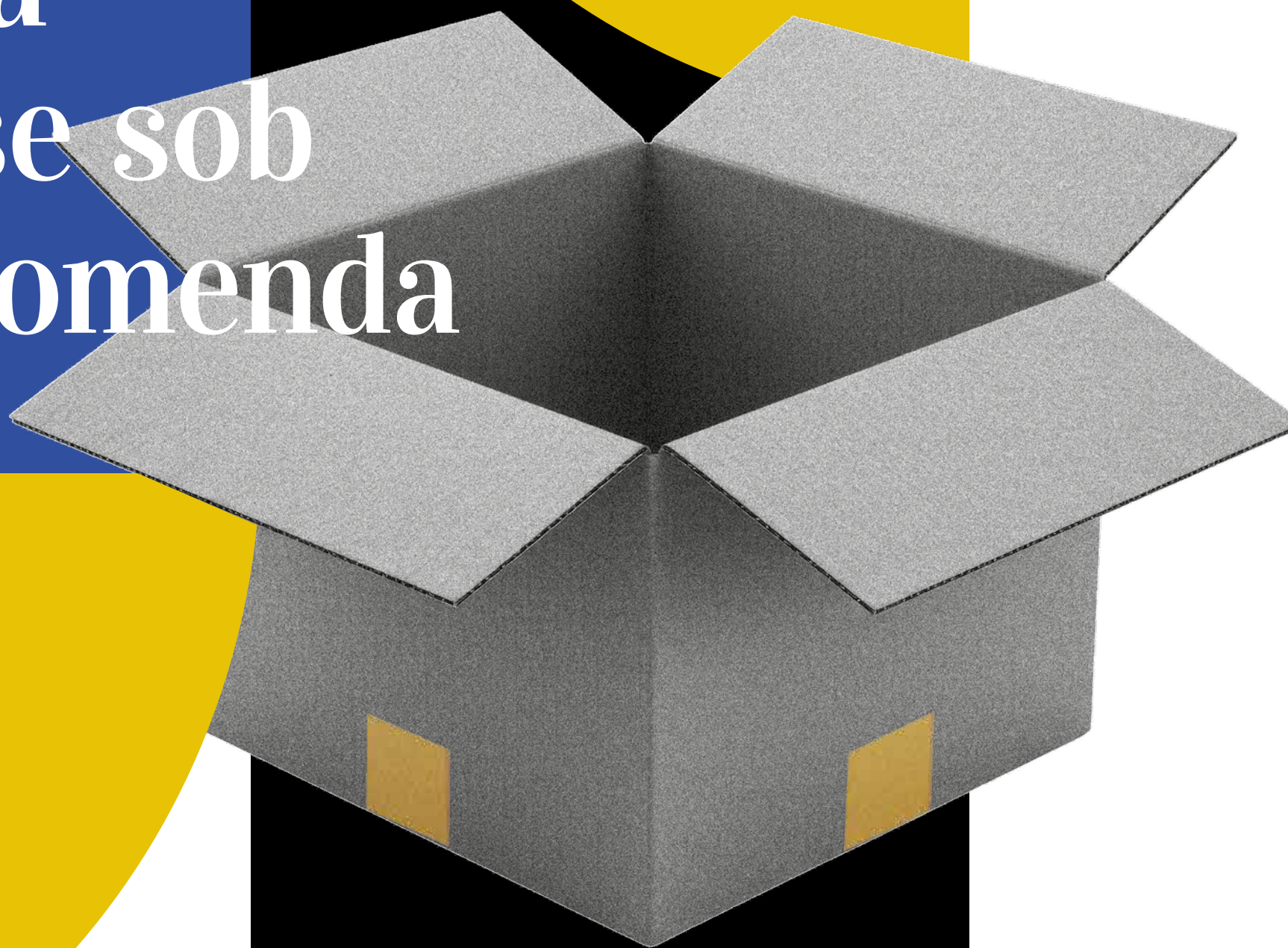
Na visão de Ivo Cruz, o acordo entre o Mercosul e a UE pode ser perfeitamente resumido em um velho ditado de negócios português: se todo mundo ficou infeliz, é porque foi bom. “É o jeito de ver que todo mundo cedeu um bocadinho para que o acordo saísse. Esses pedaços de infelicidade são um sinal de que o futuro é promissor”, confia.

Christian, o empresário do Brás, considera que o ditado seja parcialmente verdadeiro. “Algumas pessoas ficarão mais felizes do que outras. Eu vou me preparar para ser uma delas”, conclui.

&

Correios, uma crise sob encomenda

texto GUILHERME MEIRELLES



Ausência de planejamento estratégico, falta de investimentos em inovação e tecnologia, modelo logístico defasado, inércia operacional para competir com o avanço da concorrência, inchaço trabalhista, sobreposição de pontos e redução brusca da receita em decorrência da queda de encomendas de alto valor. A partir do terceiro trimestre de 2022, a sucessão de erros das recentes gestões dos Correios vieram à tona em uma sequência de 12 trimestres consecutivos de prejuízos, um déficit estimado em R\$ 10 bilhões no fim de 2025. O número põe em xeque o futuro da quase quatrocentona estatal, fundada em 1663.

No jargão da Administração Pública, é o típico exemplo de uma crise sob encomenda, com todos os ingredientes necessários para arriscar a saúde financeira, e até mesmo a sobrevivência, de uma companhia. “Uma empresa bem gerida precisa ter planos estratégicos com horizonte de dez anos, principalmente focando em investimentos em tecnologia. As gestões recentes, influenciadas pela histórica cultura do monopólio, não se atentaram à entrada da concorrência, que chegou com mais agilidade nas entregas”, pontua Paulo Feldmann, professor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Até o início de 2022, o clima era de céu de brigadeiro. A empresa havia fechado 2021 com lucro recorde de R\$ 3,7 bilhões, o melhor resultado em 22 anos. Mas à medida que o isolamento social da pandemia arrefeceu, uma brusca tempestade teve início, com efeitos devastadores e fim imprevisível. Enquanto a economia apontava sinais de reaquecimento, as principais plataformas digitais de envio de encomendas, em paralelo com as gigantes do e-commerce, colocaram as garras para fora e passaram a oferecer condições mais vantajosas e eficientes para as remessas, principalmente com a modalidade de frete

incluso. Ainda em 2022, o prejuízo foi de R\$ 767,58 milhões. No ano seguinte, as perdas alcançaram R\$ 633 milhões, aumentando para R\$ 2,6 bilhões em 2024, com previsão de R\$ 10 bilhões em 2025 — o balanço ainda não foi divulgado.

FICOU PARA TRÁS

“Os Correios poderiam ter acelerado investimentos em automação, tecnologia de rastreamento, digitalização de processos e integração logística com plataformas de e-commerce”, enumera Pedro Moreira, presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog). Segundo o executivo, uma adaptação mais rápida aos novos modelos de entrega e à logística orientada por dados teria fortalecido a posição da empresa em um mercado cada vez mais competitivo. Neste momento, opina Moreira, “a recuperação passa por modernização tecnológica, mais eficiência operacional, parcerias estratégicas com operadores privados e plataformas de comércio eletrônico”.

Apesar de não ter responsabilidade direta na crise, os Correios sentiram a chamada “taxa das blusinhas”, a Lei 14.902/2024, que estabeleceu alíquota de 20% na importação de produtos de até US\$ 50. “A medida pesou para os Correios, em razão da rápida adaptação às novas regras por parte das grandes plataformas, como Amazon e Mercado Livre, que tiveram mais agilidade e boas estratégias na venda e na entrega”, afirma o economista Marco Antônio Rocha, professor no Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE-Unicamp) e diretor-executivo do Transforme, *think thank* vinculado à universidade.

Para tentar salvar a empresa, o governo federal anunciou um programa de reestruturação com cinco ações prioritárias: empréstimo de R\$ 12 bilhões junto a um consórcio de cinco bancos para pagamento do décimo terceiro salário, regularização de fornecedores e financiamento de um Plano de Desligamento Voluntário (PDV); empréstimo de R\$ 20 bilhões com garantia do Tesouro; redução de até 15 mil funcionários dos atuais 87 mil empregados, com economia prevista de R\$ 2,1 bilhões ao ano; fechamento de cerca de mil agências e venda de imóveis ociosos, com meta de levantar R\$ 1,5 bilhão; e investimentos em automação de centros de tratamento, modernização da infraestrutura e renovação da frota para aumentar a competitividade no e-commerce.

NO PÓDIO DO RECLAME AQUI

Dados da plataforma de mediação de conflitos Reclame Aqui apontam que a imagem dos Correios diante do público vai de mal a pior. Nos dois primeiros meses de 2026, o portal recebeu 21.368 reclamações de consumidores. No ano passado, foram 114.412 queixas, o que afundou a reputação da empresa, hoje classificada como “ruim” no atendimento ao consumidor. Os principais motivos são atrasos, mercadorias não entregues, falhas no sistema de rastreamento, burocracia na liberação de produtos na Receita Federal e não cumprimento de prazos no serviço Sedex. No ranking das piores empresas de 2026, os Correios aparecem na terceira posição, atrás apenas das operadoras de telefonia Vivo e Claro.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Num país de dimensões continentais, a vantagem competitiva varia conforme a distância e a estrutura operacional. Por isso, para muitos lugares, os Correios ainda são a melhor saída em virtude da sua alta capilaridade. Em áreas mais adensadas, como nas regiões Sudeste e Sul, as transportadoras privadas levam vantagem, mas pontos afastados ainda dependem dos Correios.

Por meio da plataforma comparativa Melhor Envio, a reportagem da **Problemas Brasileiros** (PB) fez duas simulações para o envio de uma mercadoria de cinco quilos, um metro de altura, 20 centímetros de largura e 20 centímetros de comprimento, com saída da Cidade de São Paulo. Rumo a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a melhor opção encontrada foi da transportadora rodoviária Buslog, com promessa de entrega em quatro dias ao preço de R\$ 34,36. A segunda melhor oferta foi da transportadora Loggi, que faz o mesmo trajeto em cinco dias por R\$ 36,54. Os Correios ficaram no fim da lista — por meio do serviço PAC (Prático e Confiável), o gasto seria de R\$ 73,70 para chegada em seis dias, enquanto via Sedex, com prazo de entrega em dois dias, o custo seria de R\$ 105,26.

No entanto, quando o destino final é Macapá, no Amapá, os Correios levam vantagem, com uma tarifa de R\$ 102,84 via PAC e entrega em 16 dias. Via Sedex, a entrega custa R\$ 206,91, com 11 dias até o destino. O valor mais alto foi o da transportadora Loggi, que promete a entrega em 13 dias, por R\$ 467,14.

PRIVATIZAÇÃO É O CAMINHO?

André Sacconato, economista e assessor da Federação do Comércio Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), defende que a saída seja a privatização ou a formação de uma Parceria Público-Privada (PPP). “Difícilmente um choque de gestão vai funcionar. Mas seria necessário um modelo de contrato no qual o vencedor levasse tanto o filé mignon como a carne de peçoço”, alerta. “Os Correios precisam continuar oferecendo seus serviços em locais afastados da Amazônia e do sertão. Caso não haja interessados, valeria a pena subsidiar os serviços e partir para parcerias”, sugere.

Na visão de Rocha, da Unicamp, há ainda um agravante no caso de um eventual leilão. “Graças à ampla e robusta estrutura já consolidada e enraizada, o vencedor do leilão teria um poder de fogo sobre a concorrência que certamente seria

objeto de judicialização”, ressalta. Na prática, explica o professor, o monopólio estatal seria substituído pelo privado. Rocha destaca, ainda, a função social dos Correios nos serviços de saques, por meio do Vale Postal, e pagamentos de contas de consumo e boletos. “Pelo histórico de outras privatizações, há o risco de as tarifas subirem exageradamente. Caso o processo não dê certo, a reversão de uma privatização é sempre negativa”, adverte.

Feldmann, da FEA-USP, argumenta que a única saída é a privatização. “Sou pessimista com as medidas anunciadas pelo governo”, critica o professor, enfatizando que os imóveis a serem vendidos são antigos e deteriorados e que o PDV não vai atrair funcionários acima de 50 anos, que vão priorizar a estabilidade no emprego. Com experiência na privatização da Eletropaulo, da qual participou, Feldmann sugere o fatiamento prévio da companhia em quatro partes para que a privatização seja feita em lotes. “Do contrário, vira monopólio”, observa.

Por outro lado, o economista Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), acredita nas medidas anunciadas pelo governo. “A empresa desempenha papel econômico e social de relevância, e uma privatização sem um marco regulatório adequado deixaria descoberta parte expressiva da população de municípios distantes, não atrativos para empresas privadas. Portanto, a melhor solução, tanto do ponto de vista econômico quanto do social, é a sua preservação, com as ações apontadas”, pondera.

ENCRENCA TRABALHISTA

Além de tentar enxugar o quadro de 87 mil funcionários, os Correios enfrentam um turbilhão de processos trabalhistas em razão de disputas de acordos coletivos, horas extras, problemas de saúde e gestão de pessoal. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referentes a novembro de 2025, há 75.173 processos ativos contra a empresa, o que a torna a maior réu trabalhista do País. “Em geral, os processos trabalhistas tramitam com rapidez, até por envolverem questões humanitárias. O que trava são os recursos e, no caso dos Correios, o grande volume de processos”, conta o advogado Luis Carmo, líder de recuperação judicial e falências no Costa Tavares Paes Advogados.

Segundo advogados envolvidos nas ações, o alto volume de processos reflete o descaso e a

O TAMANHO DOS CORREIOS

10,6 MIL
agências, 6 mil próprias e
as demais franqueadas

87 MIL
funcionários

23 MIL
veículos

8 MIL
unidades operacionais

Presente em todos os
5.567
municípios brasileiros

Fonte: Correios

“A RECUPERAÇÃO PASSA POR
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA, MAIS
EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PARCERIAS
ESTRATÉGICAS COM OPERADORES
PRIVADOS E PLATAFORMAS DE
COMÉRCIO ELETRÔNICO.”

PEDRO MOREIRA, presidente da Abralog

falta de investimentos em segurança e saúde do trabalhador, com o agravante do aumento da insalubridade na pandemia. Boa parte das ações envolve doenças ocupacionais dos carteiros, como lesões na coluna, joelhos e tornozelos. A estimativa é que a empresa tenha desembolsado mais de R\$ 1,5 bilhão em condenações no ano passado. Em 2024, o valor havia sido de R\$ 1,1 bilhão.

O QUE DIZEM OS CORREIOS

Uma eventual privatização não é descartada. Por meio de sua assessoria de imprensa, os Correios sinalizam a possibilidade de operações de fusões, aquisições e outras reorganizações societárias para fortalecer a competitividade da estatal em médio e longo prazos. Com relação à origem da crise, a empresa responsabiliza o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro pela falta de investimentos a partir de 2019, quando a companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), medida revertida apenas em 2023 pelo atual governo. “Sem investimentos em modernização, os Correios deixaram de ser competitivos no novo cenário do mercado”, afirma o comunicado da empresa.

A situação agravou-se a partir de 2020, quando a pandemia reduziu significativamente o

volume de correspondências tradicionais, acompanhada do crescimento das entregas de encomendas e da logística de última milha, o que exigiu mais eficiência, rastreabilidade e agilidade, ainda segundo os Correios. A partir de 2023, a estatal ressalta que aumentou a média anual de investimentos — de quase R\$ 450 milhões, entre 2019 e 2022, para mais de R\$ 790 milhões —, direcionados a áreas estratégicas como tecnologia, infraestrutura, logística, automação e renovação da frota.

A universalização dos serviços vai prosseguir, mesmo na crise, de acordo com o plano de reestruturação do governo. Por força de normas nacionais e internacionais, os Correios devem manter uma rede mínima obrigatória que alcance todos os 5.567 municípios brasileiros, inclusive em locais economicamente deficitários.

O plano prevê três fases: recuperação financeira, consolidação e crescimento. Caso as ações previstas surtam efeito, a estatal estima redução do déficit ainda em 2026 e retorno à lucratividade em 2027.

&

INICIATIVAS LEGISLATIVAS E IMPACTOS ECONÔMICOS

O Congresso Nacional aprovou, recentemente, o acordo comercial União Europeia–Mercosul, o que não deixa de ser um ponto extremamente positivo no sentido de maior integração internacional do Brasil. No entanto, uma análise mais detalhada de outras iniciativas identificadas no mesmo Congresso causa preocupação, tendo em vista as repercussões no ambiente macroeconômico e nas empresas, as quais muitas vezes deixam de ser adequadamente avaliadas.

Nesse sentido, cabe destacar, inicialmente, um projeto aprovado no Senado Federal que reestrutura carreiras no serviço público e reajusta a remuneração de diversos cargos, beneficiando 270 mil servidores e criando mais de 24 mil novos cargos efetivos. O resultado é uma despesa de R\$ 4,16 bilhões em 2026 e R\$ 5,6 bilhões em 2027. Uma expansão de gastos extremamente preocupante num país que apresenta uma situação fiscal crítica, com déficit nominal do setor público superior a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e dívida pública crescendo de forma exponencial. Enquanto isso, uma proposta muito bem elaborada de Reforma Administrativa, que poderia nortear a gestão de contratações, deslocamentos de funcionários e critérios de remuneração, nem sequer entrou em votação.

O período eleitoral acaba se constituindo em terreno fértil para proposições de grande apelo para a população. Neste ano, a discussão mais calorosa refere-se à questão da jornada 6x1. O que se tem observado é uma tentativa de certos par-

lamentares de acelerar a aprovação do projeto, que renderia importantes dividendos políticos.

Este é um assunto extremamente complexo, porque envolve aspectos relacionados, de um lado, a progressos sociais e, de outro, a implicações econômicas. No primeiro caso, argumenta-se a respeito da elevação da qualidade de vida dos trabalhadores e seus efeitos positivos sobre a produtividade. Em termos empresariais, a preocupação concentra-se no aumento de custos operacionais (e seus reflexos inflacionários), novas contratações num mercado de trabalho extremamente apertado, aumento da informalidade, diminuição das margens das empresas e até mesmo inviabilização de algumas delas, principalmente em setores que serão mais afetados, como é o caso do Comércio e dos Serviços — e principalmente das empresas de pequeno porte.

Destacando um ponto dessa discussão, que é a questão da produtividade do trabalho, dados da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que o crescimento médio da produtividade por hora trabalhada no Brasil foi de 0,8% ao ano no período 1995–2024 e zero nos últimos dez anos. O argumento de que a medida pode elevar a produtividade não leva em consideração o amplo leque de fatores que determinam a produtividade — nível educacional, grau de inserção internacional, competição, acesso à tecnologia, infraestrutura, ambiente dos negócios, nível de investimento, entre outros.

Levando-se em consideração esses pontos, podemos chegar a três conclusões: **a)** dadas as diferenças setoriais e de porte, a livre negociação deve prevalecer; **b)** percebe-se que as iniciativas parlamentares esquecem de levar em conta a importância do crescimento econômico como gerador de empregos, riqueza e bem-estar — desde 1980, o Brasil vem crescendo abaixo do mundo e não consegue sair da condição de país de renda média —; e **c)** propostas de mudanças na legislação devem ser construídas a partir de seus reais impactos para a economia, de forma a garantir avanços sem comprometer a geração de empregos, a competitividade das empresas e, conseqüentemente, o crescimento econômico e a elevação do nível de bem-estar.

&

Uma política de circunstâncias

O modelo político brasileiro atual, iniciado em 1985 e conhecido como Nova República, esgotou-se com um repertório de instintos de sobrevivência da elite do Estado democrático de direito. Com sua estranha combinação de estabilidade institucional precária, ocupação predatória de cargos e funções públicas e crises político-econômicas periódicas, chega, pela décima vez, a um ano eleitoral para a sucessão do parlamento, dos governos estaduais e da Presidência da República.

Entender a cada vez maior exaltação dos princípios de preservação de um modelo administrativo falho e incorrigível ajuda a encontrar a causa da fragilidade dos princípios que o sustentam, bem como a encontrar uma saída para melhorar o País.

Os modelos político, econômico, judicial e educacional são os de uma nação sufocada pelo excesso de razões do Estado. E torna-se incorrigivelmente arbitrária a política que se dedica a esmagar e a querer regular, a seu modo, qualquer iniciativa da sociedade. O Estado não fornece caráter a ninguém. As virtudes humanas são anteriores a ele e costumam ser atropeladas, em anos eleitorais, pela velocidade instantânea do trânsito de candidatos e partidos e pela publicidade paga que os sustenta e projeta.

Já é hora de os membros dos Três Poderes perceberem que somos uma sociedade preexistente a eles. Não é justo erguerem alicerces subterrâneos e plantarem raízes familiares na vida pública, fazerem leis para tornarem legal a ocupação de todos os postos por pessoas de suas relações. Usarem de expedientes que tornam justas remunerações injustas, usarem leis para perseguir, multar, vigiar e punir quem não é membro do Estado.

Os defeitos da Justiça pública não são mais ficção ou fruto de indisposição política entre compe-

tidores. É só observar que vivem melhor os povos que sabem moderar e equilibrar a simpatia e a antipatia pelas pessoas, pelas coisas e pelo dinheiro, sem ousar inventar formas circunstâncias e personalíssimas de administrar os bens públicos.

Uma boa reflexão em ano eleitoral é a de que nenhuma autoridade estatal, estável ou eletiva, deveria imaginar que é possível mudar o ponto de partida da história e os valores maiores de uma sociedade democrática a que serve ou pretende servir. Nem supor que a soberania simbólica da autoridade pressupõe a legalidade de qualquer dos seus atos. No Brasil, essa pretensão produziu a maioria das suas crises, porque muitos dos nossos agentes públicos não compreendem que são, periodicamente, cedidos pela sociedade ao Estado. Isto é, o bom político ou funcionário público, de qualquer dos Poderes, não está lotado no Estado como um tijolo na parede.

A mentira não está custando nada às autoridades. Essa mentalidade é ajudada pela tendência predominante de pôr a culpa nos outros e de imaginar que crises políticas sempre nascem de problemas econômicos ou intrigas. Ou que o sistema de crenças que existe hoje no Brasil tem sua base no pensamento de classes sociais antagônicas a nos dividir em santos e pecadores.

Na verdade, as crises atuais não são culpa nem da economia, nem da sociedade. Foi o descomedimento do Estado que incendiou a economia usada como prerrogativa do poder político. Assim compreendido, sem senso de calma e perspectiva, quer começar do zero a vida de uma nação com mais de 200 anos de independência.

Foi essa política de pleno uso da paciência da sociedade, com improvisações de todo tipo, julgando ser possível retirar do sistema eleitoral a justificativa para saturar a realidade com sua visão particular sobre o Poder Judiciário, o sistema educacional, o trabalho, a empresa, os valores culturais e morais, as parcerias internacionais etc., a qual faz os governos fornecerem combustível à inépcia e ao aventureirismo econômico. E vai tirando, do catálogo das virtudes políticas, a esperança da sociedade.

&



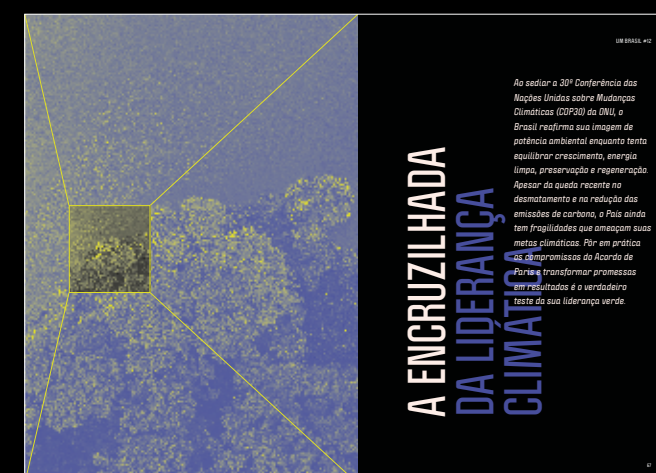
PAULO DELGADO,
*sociólogo, cientista
político e diretor de
Relações Institucionais
da FecomercioSP*



ANTONIO
LANZANA,
*presidente do
Conselho Superior
de Economia,
Sociologia e Política
da FecomercioSP
e professor na
Universidade de São
Paulo (USP) e na
Fundação Dom Cabral
(FDC)*

O BRASIL JÁ FOI EXPLICADO.

AGORA, PRECISA SER ENFRENTADO.



UM BRASIL #12 reúne algumas das mentes mais relevantes do País para encarar, sem atalhos, os dilemas que travam o nosso futuro.

Dentre diagnósticos e propostas, um retrato de uma nação feita de contradições.

LEIA E PARTICIPE DO DEBATE.

BAIXE GRATUITAMENTE EM
UMBRASIL.COM/PUBLICAÇÕES

UM BRASIL

@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO
FECOMERCIO^{SP}



Envelhecer no espectro

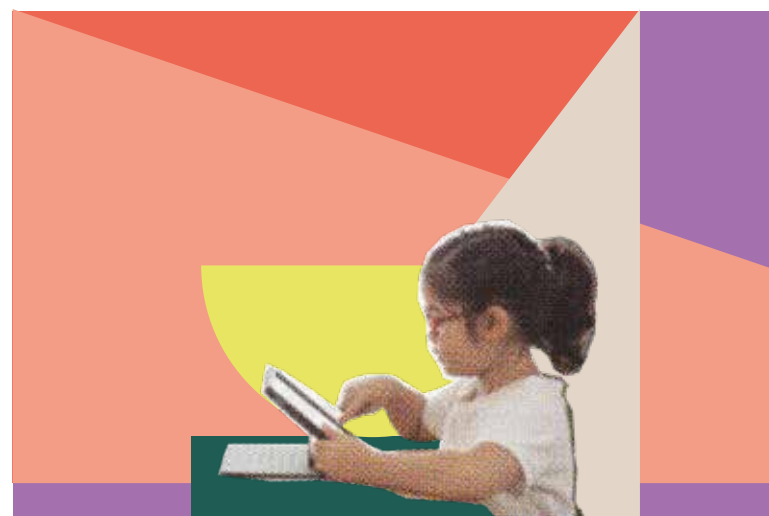
A sociedade tem avançado na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas a invisibilidade persiste entre os mais velhos. Há um enorme contingente de pessoas que cresceram numa época em que os diagnósticos eram raros, em geral reservados aos casos severos. No Brasil, 306.836 idosos receberam diagnóstico de TEA em algum momento da vida, segundo uma pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Os pesquisadores da área, no entanto, acreditam que o número não dá a real dimensão da quantidade de pessoas que passam a vida sem terem sua neurodivergência reconhecida oficialmente. O avanço do diagnóstico e o aumento da longevidade, porém, trazem obstáculos para políticas públicas de renda e saúde.

Geografia social

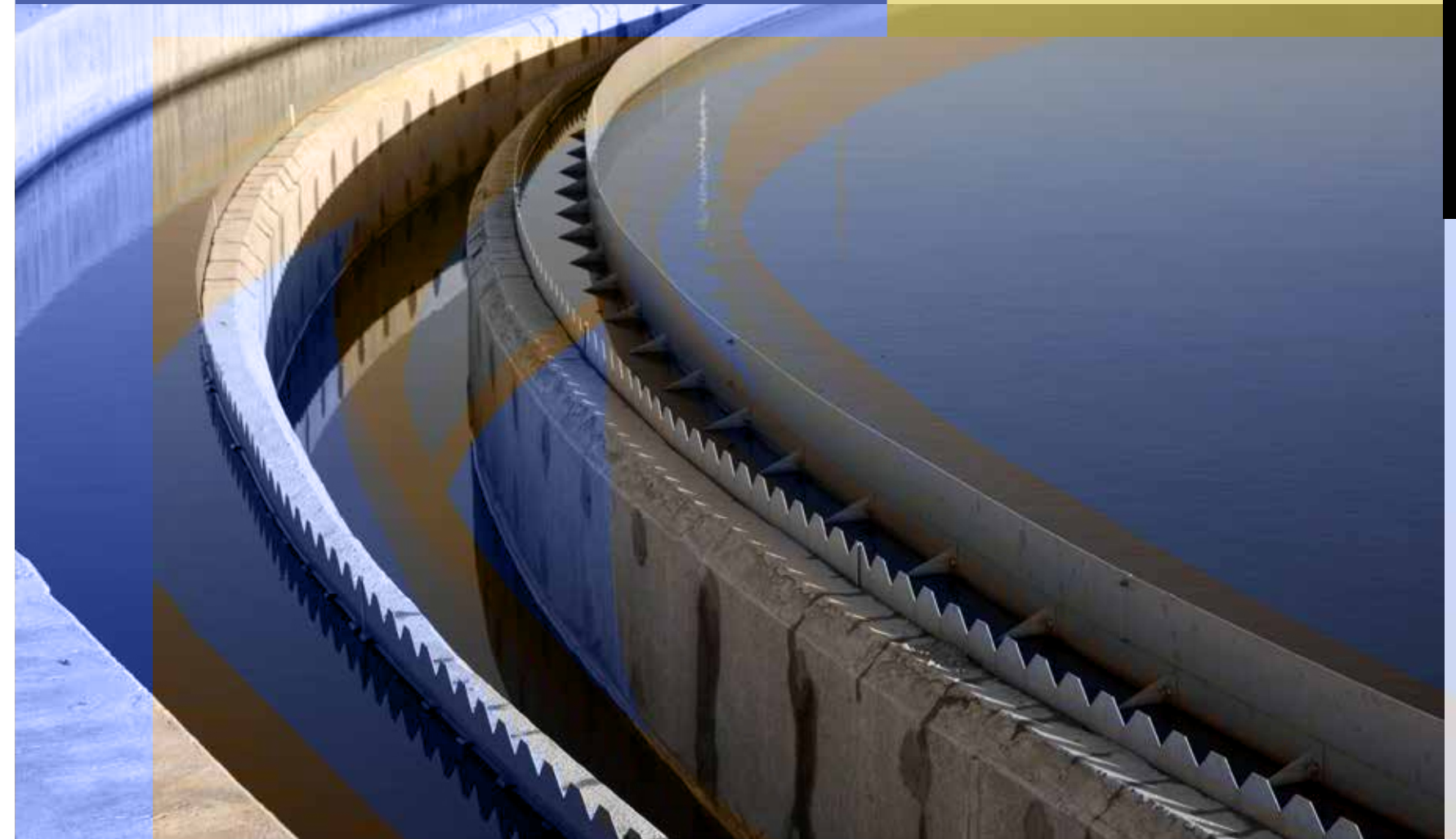
O ano de 2026 marca o centenário de Milton Santos, intelectual negro que propôs uma outra globalização, baseada no desenvolvimento local e na cidadania. Até a década de 1970, a geografia era considerada uma ciência neutra, focada na memorização e na classificação de paisagens, sem relação com os conflitos sociais e políticos — ideia que foi rompida por Santos. O geógrafo revolucionou a disciplina com base no conceito de que o espaço não pode ser dissociado dos seres humanos que o habitam. Seus estudos sobre globalização e desigualdades ensinam que qualquer território é moldado por relações de poder. Crítico da realidade social, o intelectual nunca foi um pessimista. E deixou como legado uma geografia capaz de transformar o presente e o futuro. Em suas palavras: “O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”.

Infância nas telas

O debate sobre a exposição de crianças e adolescentes na internet ganhou força após um vídeo viral do influenciador Felipe Bressanim Pereira, o Felca, ter revelado casos de exploração de imagem e conteúdos inadequados nas redes. A repercussão escancarou uma questão urgente e a resposta veio em formato de lei, com o ECA Digital. A norma exige que plataformas adotem medidas como verificação de idade, canais de denúncia e controles parentais mais rigorosos — responsabilizando as empresas pelos riscos que os mais jovens correm quando estão online. Mas só a lei não basta. Para os especialistas, a proteção dessa parcela da população depende de três pilares fundamentais: governo, família e escola. E, mais do que restringir, o desafio é educar.



Ilustrações: Débora Faria



O PREÇO DA ÁGUA

Quanto custaria oferecer água limpa e esgoto tratado para todos os brasileiros? Não é uma pergunta fácil de responder, mas o engenheiro Fabiano Pompermayer fez as contas. Pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ele calcula que esse custo estaria entre R\$ 313 e R\$ 394 por pessoa, anualmente. Além dos custos, os entraves para universalizar o acesso à água e ao saneamento básico passam por modelos de financiamentos, questões políticas e pelo enfrentamento do enorme desperdício, que ainda afeta boa parte da rede brasileira de distribuição de água.



FUTEBOL EM TEMPOS HOSTIS

texto CAROL CASTRO

P

Passam das seis da tarde, horário de Brasília, e o Brasil segura um placar aberto de um a zero contra a Espanha. O clima é de apreensão no estádio Metlife, em Nova Jersey, próximo a Nova York, nos Estados Unidos, tomado por torcedores latinos. O juiz olha para o relógio, apita, ergue os braços e encerra a partida — acabou, o Brasil é hexacampeão mundial! Da plateia, o presidente anfitrião, Donald Trump, prepara-se para descer ao gramado e entregar a taça nas mãos do capitão da Seleção Brasileira.

A cena, hipotética, poderia ser quase tão apoteótica quanto a do rapper porto-riquenho Benito Martinez, o Bad Bunny, citando, nome a nome, todos os mais de 30 países das Américas. Só para lembrar aos estadunidenses que a América é muito mais do que os Estados Unidos — isso no intervalo do maior evento esportivo de lá, o Super Bowl. “Seguimos aqui”, disse Benito, ao cravar a bola no chão do estádio e começar o hit *Debi tirar más fotos*.

Uma vitória latino-americana, seja de qual seleção for, poderia ter o desfecho narrado acima. Tradicionalmente, presidentes dos países-sede participam da cerimônia de premiação. Neste ano, três nações compartilham a responsabilidade de receber a Copa, entre os dias 11 de junho e 19 de julho: México, Canadá e Estados Unidos. Seria simbólico a maior taça do futebol, na maior edição da história, com 48 seleções, ser entregue a uma equipe latina pelas mãos de um dos líderes mais avesso aos imigrantes.

“Se, de fato, um desses países, ou algum jogador de origem latina, despontar, de repente, pode aglutinar isso ao ‘efeito Bad Bunny’, com uma outra camada de latinidade sendo trabalhada”, avalia Mariana Aldrigui, professora no curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e ex-gerente de Inteligência de Dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

INVASÃO LATINA

Fora dos estádios, a realidade é menos festiva — por isso o simbolismo de uma conquista lati-

na. Segundo o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, o país tem mais de 2 milhões de imigrantes supostamente ilegais. A maioria deles (1,6 milhões) abandonou o território norte-americano de forma voluntária.

A política anti-imigração adotada por Trump fez com que metade dos latinos que vivem por lá sentisse medo das ações migratórias, segundo dados da Pew Research Center. Até 2023, 82% deles viviam legalmente no país, o que mostra como o receio ultrapassa a população de imigrantes ilegais.

É nesse cenário de confusões e deportações que ocorrerá a maioria dos jogos da Copa do Mundo de futebol masculino deste ano. Embora divididas entre os três países, 75% das disputas serão em solo estadunidense — os outros dois países receberão apenas 13 partidas cada um.

E os maiores consumidores de futebol encontram-se justamente na América Latina. A mesma política que tenta conter a entrada de imigrantes terá que lidar, por um mês, com a chegada em massa desses torcedores.

Os números dos campeonatos anteriores mostram esse contexto. Na Copa de 2022, no Catar, mexicanos, argentinos e brasileiros estiveram entre os maiores compradores de ingressos. Agora, com o destino mais perto, a latinidade deve tomar mais ainda as ruas desses países. “Quase todos os ingressos já estão vendidos e uma grande parte de quem os comprou é da América do Sul, com a Colômbia liderando, e o Brasil em uma posição bem alta”, revela Mariana. Nem os desafios logísticos, nem os altos preços, nem a escalada das tensões internacionais parecem suficientes para afastar os torcedores mais entusiastas.

EXCURSÃO DE FANÁTICOS

O consultor João Paulo, paulistano de 45 anos, com três Copas no currículo de torcedor, foi um dos que não se deixou abalar. Mas não foi fácil organizar o roteiro de uma Copa do Mundo dividida entre três países, ainda mais diante das dimensões continentais de Estados Unidos, México e Canadá.

A viagem virou um quebra-cabeça — e seguirá assim até o fim da primeira fase. Como sempre, apenas os jogos da fase de grupos têm sede definida. A partir daí, o percurso depende diretamente do desempenho da seleção: se avançar em primeiro lugar, segue por um caminho; se ficar em segundo (ou se classificar entre os melhores terceiros), o roteiro muda completamente.

João Paulo vai começar o trajeto em Nova York, na estreia do Brasil, e seguirá para Filadélfia e Miami, na fase de grupos. Depois disso, tudo está em aberto. No melhor cenário, a Seleção Brasileira percorre o restante da competição dentro dos Estados Unidos. Caso seja superado por outra seleção fora da liderança do grupo, o próximo destino pode ser a cidade de Monterrey, no México, com direito a uma travessia de carro para o país vizinho. As passagens e hospedagens para esses outros trechos incertos ainda não foram compradas.

Para lidar com essa imprevisibilidade, João Paulo e a família adotaram uma estratégia: alugar uma casa em Orlando por um mês e, a partir daí, desenhar todos os deslocamentos possíveis. “No Catar, a gente ficou em Doha e qualquer lugar ficava a apenas 30 quilômetros de distância. Então, foi uma Copa muito mais fácil e prática. Sem dúvidas, essa é a Copa mais complexa, por causa das distâncias e dos preços”, relata.

Os custos acompanham a complexidade da programação. Uma hospedagem em Manhattan, ilha mais nobre de Nova York, pode ter diárias acima de US\$ 1,5 mil. E o valor dos ingressos triplicou em relação à Copa do Catar, porque a Fifa decidiu vendê-los em um esquema de preço dinâmico — quanto maior a procura pelos jogos, mais caro o preço. Os ingressos para a primeira fase custam cerca de US\$ 1 mil e, para a final, variam entre US\$ 2 mil e US\$ 6 mil.

João Paulo conseguiu escapar parcialmente dessa escalada, porque faz parte de um selete grupo de viciados em jogos da Seleção Brasileira, batizado de “os infaltáveis”. Por serem frequentadores assíduos dos jogos, esse grupo recebeu da

Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ingressos repassados pela Fifa a um custo bem menor: R\$ 60.

Mesmo com a empolgação para ver os jogos, ingressos comprados e visto garantido — ele já havia tirado o seu antes do endurecimento das regras de Trump —, a apreensão permanece. “A gente sabe que pode ter mais dificuldade na imigração. Mas vamos mesmo assim”, garante.

LATINOS NA MIRA

O receio de João Paulo coincide com o de outros torcedores: a dúvida sobre como será a abordagem na imigração. Ou de truculência nas ruas por agentes do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês), o braço policial responsável por prender e deportar imigrantes em situação irregular. “Não acho que haverá uma truculência maior do ICE, com ações institucionais. Sem dúvida, teremos embates em bares, por exemplo. Tenho a sensação de que a aliança entre Fifa e Trump para fazer um evento bem-sucedido vai gerar uma contenção interna”, aposta Mariana, da USP.

Nos últimos anos, principalmente com o retorno de Trump ao poder, a ação desses policiais ficou mais violenta e a precariedade dos presídios, ainda pior. Só em 2025, o país registrou 32 mortes de pessoas nos centros de detenção do ICE — a taxa mais alta em duas décadas. Algumas dessas mortes foram associadas a negligência médica, outras, a episódios de violência durante a contenção.

As prisões e deportações, principalmente de crianças, causaram indignação mesmo entre correligionários de Trump. Uma das mais icônicas foi a de Liam Conejo, de cinco anos, e de seu pai, em Minneapolis, Estado do Minnesota. Os dois foram presos quando o garoto voltava da escola e passaram uma semana detidos.

Os recorrentes abusos despertaram manifestações contra o ICE por várias cidades. E cresceram a ponto de serem organizadas paralisações, greves e um apagão econômico local, com fechamento de comércios em protesto contra a política migratória.

As ações refletiram no turismo e no interesse estrangeiro no país. Enquanto outros grandes destinos turísticos do mundo registraram alta na chegada de estrangeiros, os Estados Unidos caminharam na direção oposta, com queda estimada em cerca de 6% no número de visitantes internacionais, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTTC).

GUERRAS E AMEAÇAS

Não é apenas a política interna que deteriora a imagem dos Estados Unidos. Trump envolveu-se com uma série de conflitos mundo afora. Ameaçou tomar a Groenlândia, que pertence à Dinamarca, causando desconforto entre os europeus. Invadiu a Venezuela, retirou o presidente Nicolás Maduro do poder e chamou os venezuelanos de “povo mais feio do mundo”. Cortou o petróleo de Cuba, deixando o país às escuras e disse que poderia pegar o país para si.

No fim de fevereiro, juntou-se a Israel para atacar o Irã, sob a justificativa de “destruir o programa nuclear do país e proteger o povo americano”. Os ataques resultaram em mais de 200 mortos no primeiro dia de ataques — dentre eles, o líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei. Como retaliação, o Irã atacou bases de interesse dos Estados Unidos em países vizinhos.

Em meio às tensões, a segurança da Copa do Mundo também está em xeque. A Federação Iraniana de Futebol anunciou que seus jogadores não participarão dos jogos, por falta de garantias de segurança dos jogadores. Além disso, o governo do país ameaçou, no dia 20 de março, atacar pontos turísticos nos Estados Unidos e em Israel. “Não se esperava que o Irã fosse conseguir responder da forma como fez. E, dentro dos Estados Unidos, uma parte majoritária não quer a guerra, mesmo entre os apoiadores de Trump. Eles o elegeram pelo discurso de que trabalharia no desenvolvimento do país”, explica Eduardo Serra, diretor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Irid-UFRJ). “E a guerra pode se somar à questão migratória, o ICE é tipo uma milícia. Pode ser que haja manifestações de imigrantes latinos, iranianos e muçulmanos”, observa.

Apesar dos riscos geopolíticos, nenhum dos especialistas consultados acredita no cancelamento de jogos ou na exclusão dos Estados Unidos como coanfitrião. Muito menos boicote ao torneio, com exceção do Irã. “Quando Trump ameaçou tomar a Groenlândia, os europeus consideraram não participar da Copa. Eventos esportivos são, muitas vezes, utilizados como veículos de mensagem de disputas políticas. O Irã é a bola da vez. Mas, sozinho, não vai chamar muita atenção”, avalia o cientista político Leonardo Paz, analista de Inteligência Qualitativa no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV NPII) e professor no Departamento de Relações Internacionais do Ibmecc.

COPA DE OPORTUNIDADES

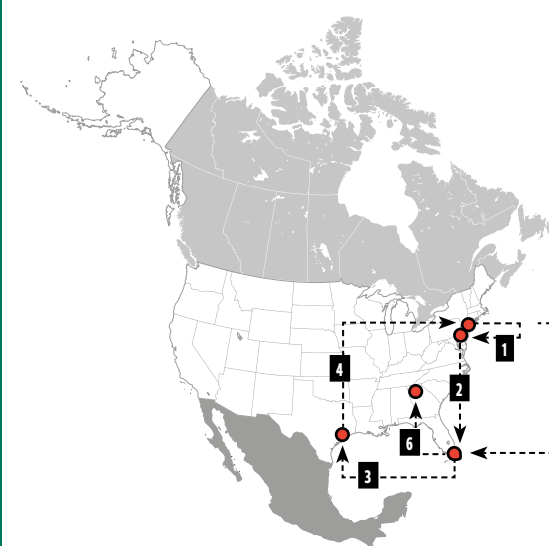
A Copa do Mundo vem como uma chance de reverter parte desse desgaste de Trump, mas há uma ameaça de boicote mundial. “Os profissionais de turismo dos Estados Unidos, sem exceção, compreendem a Copa como uma grande janela de oportunidades, de comunicar fatos positivos. Uma coisa é o posicionamento do governo federal dos Estados Unidos e seus apoiadores, outra é o das pessoas envolvidas com Turismo”, ressalta Mariana.

As oportunidades de negócio chegam, inclusive, às cidades que não vão receber jogos do torneio, como Orlando, onde João Paulo ficará com a família. Mas os principais beneficiados pelo turismo da Copa, no longo prazo, podem ser o México e o Canadá. “Turistas da Ásia, por exemplo, que não estavam acostumados a ir para o México, podem ficar tentados a voltar e permanecer por mais tempo. O público da Copa é bem selete, tem bastante dinheiro”, pontua o economista Guilherme Dietze, presidente do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

No Rio de Janeiro, apesar das tensões sociais causadas pela realização dos Jogos Olímpicos em 2016 — seguidos pelos escândalos de superfaturamento e corrupção nas obras —, houve uma melhoria significativa da imagem da cidade. “Não consigo deixar de ver toda essa recuperação do Turismo do Rio como sendo parte do resultado que começou com a Copa e as Olimpíadas”, enfatiza Mariana.

Os erros dos eventos esportivos no Brasil foram repetidos em diversas edições da Copa, marcadas por altos déficits e obras subutilizadas. Desta vez, a Fifa selecionou apenas cidades com infraestrutura preparada para receber eventos desse porte, o que reduz custos e muda a lógica do investimento. Ainda que as grandes distâncias aumentem as emissões de carbono, a aposta é num modelo mais eficiente. “Do ponto de vista da sustentabilidade, faz mais sentido otimizar estruturas já existentes”, finaliza a professora da USP.

&



CAMINHOS DA TORCIDA BRASILEIRA

1	NOVA YORK/NEW JERSEY	→	FILADÉLFIA	130 km CARRO (4 PESSOAS) -8 KG EMISSÃO CO ₂ (por pessoa)
2	FILADÉLFIA	→	MIAMI	1.600 km AVIÃO - 184 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
3	MIAMI	→	HOUSTON	-1.550 km AVIÃO - 178 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
4	HOUSTON	→	NOVA YORK/NEW JERSEY	-2.280 km AVIÃO - 261 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
5	NOVA YORK/NEW JERSEY	→	MIAMI	-2.280 km AVIÃO - 261 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
6	MIAMI	→	ATLANTA	-940 km AVIÃO - 108 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
7	ATLANTA	→	NOVA YORK/NEW JERSEY	-1.200 km AVIÃO - 138 kg emissão CO ₂ (por pessoa)
				→ TOTAL -9.420 km -1.074 kg de CO ₂

“NÃO ACHO QUE HAVERÁ UMA TRUCULÊNCIA MAIOR DO ICE. TENHO A SENSACÃO DE QUE A ALIANÇA ENTRE FIFA E TRUMP PARA FAZER UM EVENTO BEM-SUCEDIDO VAI GERAR UMA CONTENÇÃO INTERNA.”

MARIANA ALDRIGUI, professora da USP e ex-gerente da Embratur

A LEI QUE PROTEGE A CRIAÇÃO

texto GUILHERME MEIRELLES

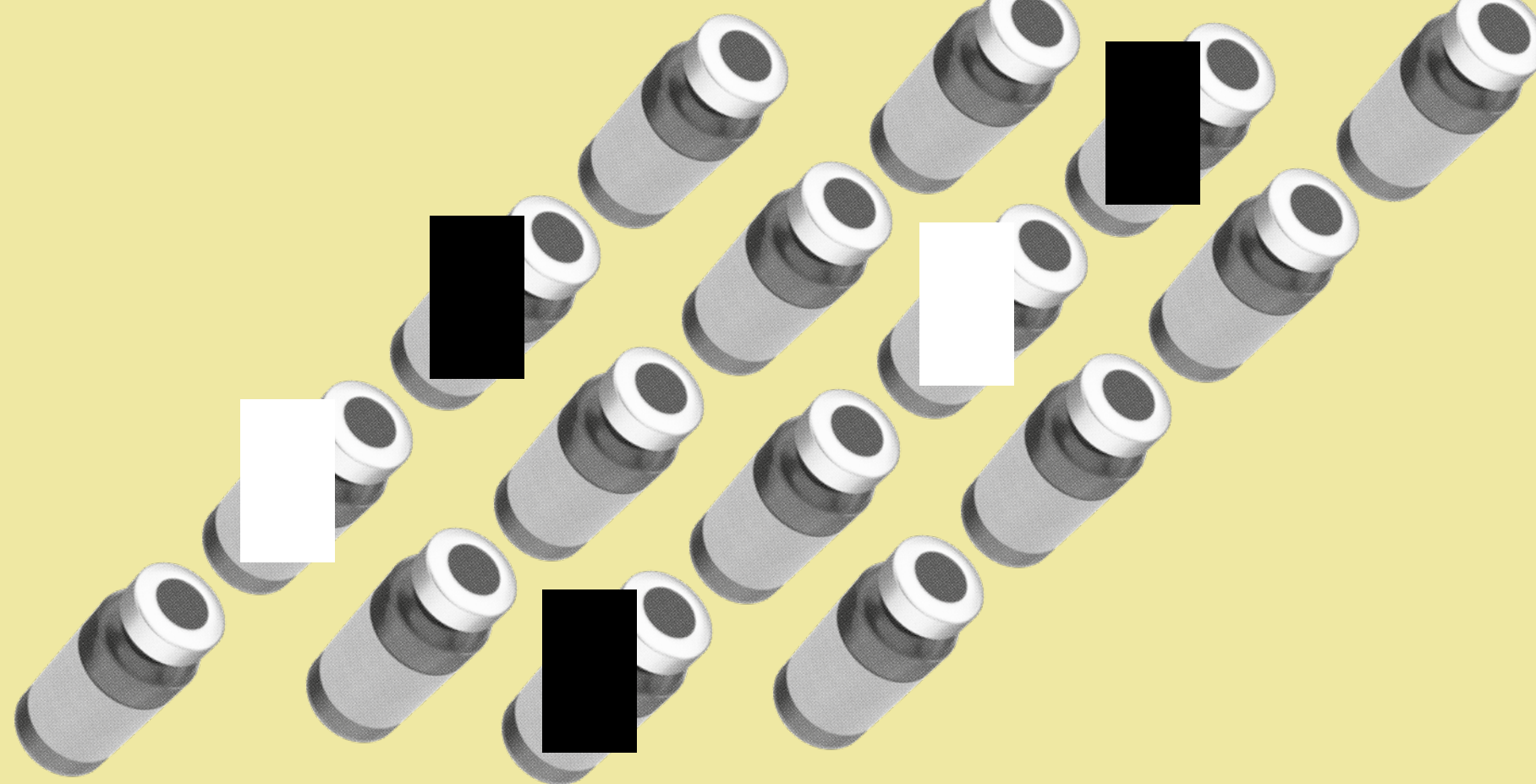
Em vigor desde 1996, a Lei da Propriedade Industrial representa o marco regulatório no campo da autoria em pesquisa e inovação. Nesses 30 anos, a lei propiciou a concessão de cerca de 330 mil patentes e o registro de 2,7 milhões de marcas. Mas alguns desafios persistem, como baixa adesão de empresas nacionais no depósito de patentes, falta de normas que lidem com os direitos de propriedade diante do avanço da Inteligência Artificial (IA) e tentativas de golpes.

Em dezembro de 2019, o gaúcho Wiliam Biolo registrou no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a patente de um produto revolucionário: um saco de carvão desenvolvido com papel *kraft* que acende sozinho graças a um sistema de circulação interna de ar, cuja patente foi concedida em julho de 2021, após rigorosa análise dos documentos. “Foram dois anos de testes e cerca de 200 protótipos até o produto final”, conta o “Professor Pardal”, churrasqueiro e criador da marca Carvão Brazah, registrada no INPI em setembro de 2020. Ainda restrito ao Rio Grande do Sul, o negócio prosperou e o faturamento mensal gira em torno de R\$ 1 milhão atualmente. Em fevereiro, no entanto, Biolo foi surpreendido por um processo impetrado por uma pessoa que se julga inventora

do produto. “Estou tranquilo por ter feito tudo devidamente comprovado no INPI. O autor da ação só tem um croqui. A lei está ao meu lado”, garante.

A legislação a que Biolo se refere é a Lei da Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996), promulgada com o objetivo de assegurar aos autores de inventos industriais o direito temporário, por 20 anos, de utilização do produto, bem como o registro de marcas de seus empreendimentos, colocando o Brasil em condições similares às de países desenvolvidos. Desde então, o INPI contabiliza o registro de aproximadamente 330 mil patentes e em torno de 2,7 milhões de marcas.

Contudo, a diferença desses números revela uma realidade que independe da legislação. “A lei é positiva, mesmo que



cerca de 80% dos depósitos de patentes sejam realizados por não residentes, sinalizando que o sistema é predominantemente utilizado por empresas estrangeiras que buscam reservar seus mercados no Brasil”, lamenta Fabrício Silveira, superintendente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na opinião de Silveira, esse cenário é traço de uma economia que ainda exporta produtos de baixo valor agregado e importa bens intensivos em conhecimento. “O dado condiz com o baixo apetite das empresas brasileiras para proteger suas inovações”, completa. As exceções, destaca, são a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com biotecnologia agrícola e bioinsumos, e a Petrobras, com tecnologias de extração em águas profundas. “São exemplos de coordenação entre política pública e investimento privado”, pontua.

Juliana Motta, assessora jurídica da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), aponta que a lei trouxe segurança no campo jurídico para os inventores, mas a burocracia ainda apresenta empecilhos para pequenas empresas e startups, principalmente pela demora na análise e pelos altos custos com taxas e honorários advocatícios — mesmo com o desconto no INPI para pessoas físicas, MEIs, ONGs e instituições de ensino. Na visão da advogada Tatiana Campello, sócia do escritório Demarest Advogados, apesar das dificuldades, a lei é ampla e permite o diálogo com legislações mais recentes, como a Lei da Inovação.

CORRIDA DE OBSTÁCULOS

Os principais custos, na verdade, são para pedidos de patentes em outros mercados, cuja legislação varia caso a caso, com

validade média de um ano. Recentemente, veio à tona o caso da polilaminina, que teve a patente nacional pedida em 2007 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2016 e 2017, por falta de pagamento das anuidades, a instituição acabou perdendo a patente internacional. Segundo nota do Laboratório Cristália, parceiro na pesquisa do medicamento que assumiu a tecnologia, foram depositados novos pedidos de patentes, nacional e internacional.

Em relação à demora, há avanços, afirma Pedro Ivo Ramalho, secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). “Em 2023, o tempo médio de análise de patentes era de 6,9 anos e, hoje, é de 4,3 anos. Entre 2020 e 2025, houve crescimento de 8,9% em pedidos de patentes, principalmente de universidades. E, nos últimos dez anos, alta de 80% no registro de marcas”, contabiliza.

De acordo com o secretário do MDIC, o principal impasse é a atualização da lei perante as mudanças provocadas pela IA generativa. Segundo Ramalho, a questão deve ser resolvida pelo Projeto de Lei (PL) 2.338/2023, que estabelece o Marco Legal da Inteligência Artificial.

Segundo Carlos Mauricio Ardissonne, doutor em Relações Internacionais, advogado e professor adjunto na Academia da Propriedade Intelectual e Inovação do INPI (Academia do INPI), já há um consenso no setor. “O entendimento hoje dominante é o de que, ainda que a IA possa contribuir em etapas do processo criativo, a direção tem que estar subordinada ao intelecto humano”, resume. Segundo o especialista, o INPI já definiu que as invenções geradas de forma autônoma por uma IA, sem qualquer intervenção humana, não são objetos passíveis de proteção por patente.

Se há um consenso em relação ao uso da IA, o mesmo não ocorre quanto ao registro de marcas. Isso acontece porque há brechas para oportunistas. Segundo Mariana Valverde, sócia da Mariana Valverde Advogados, golpistas montam empresas especializadas em registros, apropriam-se de marcas conhecidas no exterior e chantageiam empresários que tentem entrar no Brasil. “Nessa questão, ainda falta segurança jurídica. Quando a empresa estrangeira percebe que vai gastar com advogados, acaba desistindo”, observa.

Mariana conta que, há alguns anos, a Deus Ex Machina, marca australiana de vestuário, acessórios e personalização de motos, tentou entrar no Brasil e foi surpreendida por uma cobrança de R\$ 400 mil pelo uso da marca, que havia sido registrada por um grupo de golpistas com antecedentes semelhantes. Segundo a advogada, a entrada da marca só ocorreu graças a investidores brasileiros que bancaram os custos advocatícios. “Mas a vitória só veio na segunda instância”, recorda.





O mês de maio, marcado pelo Dia do Trabalhador, convida à reflexão sobre a evolução das relações laborais e os desafios para consolidar o trabalho decente no Brasil. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse conceito pressupõe oportunidades de trabalho produtivo, remunerado de forma adequada e realizado com liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. No entanto, para que essa premissa se torne realidade, é imperativo lançar luz sobre uma dimensão frequentemente invisibilizada, mas que sustenta toda a engrenagem econômica: o cuidado.

O cuidado compreende o conjunto de atividades indispensáveis para a sustentação da vida, desde o suporte direto a crianças, idosos e Pessoas com Deficiência (PcDs) até o trabalho indireto, como as atividades e a gestão domésticas. Ao longo da história, essa responsabilidade foi naturalizada como uma obrigação feminina, exercida de maneira não remunerada e sem proteção social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam o abismo dessa desigualdade — mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados, enquanto homens empenham apenas 11,7 horas.

Essa disparidade não é somente uma questão privada, mas também uma estrutura social que limita a participação plena das mulheres no mercado de trabalho e obstrui suas trajetórias profissionais. A OIT aponta que o trabalho de cuidado não remunerado é um dos principais obstáculos à equidade de gênero no mundo do trabalho.

É nesse contexto que a Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024) surge como um marco transformador. Coordenada pelo governo federal, a política visa transitar de um modelo de responsabilidade quase exclusiva das famílias e das mulheres para um sistema de corresponsabilidade entre Estado, sociedade e setor privado.

O Instituto Ethos, em parceria com a Secretaria Nacional de Cuidados e Família, participa diretamente da implementação dessa política no empresarial. Nossa missão é atuar como ponte, traduzindo diretrizes públicas em instrumentos operacionais. Para isso, estamos desenvolvendo um guia para empresas que oferecerá orientações práticas, parâmetros de governança e indicadores, com o objetivo de as organizações incorporarem a agenda de cuidados em suas políticas internas.

Integrar o cuidado à estratégia corporativa não é apenas um compromisso ético ou de responsabilidade social. É uma decisão estratégica de negócio. Empresas que ignoram essa dimensão enfrentam mais rotatividade, queda de produtividade por sobrecarga e riscos reputacionais. Por outro lado, companhias com maior diversidade de gênero em cargos de liderança apresentam melhor desempenho financeiro, como demonstra o relatório Diversity Wins, da consultoria McKinsey.

A agenda de cuidados dialoga diretamente com um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o ODS 8, voltado para o trabalho decente e o crescimento econômico, e com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, que recomendam às empresas que considerem impactos relacionados à igualdade de oportunidades e à não discriminação. Ao adotar práticas como flexibilidade de jornada, políticas de parentalidade e apoio ao cuidado, o setor privado fortalece sua governança social e contribui para um ambiente de trabalho mais inclusivo.

A sustentabilidade social é imprescindível para a sustentabilidade econômica. Neste mês de maio, convidamos as empresas a reconhecerem que o trabalho de cuidado é a base que alavanca todas as outras formas de trabalho. Somente com uma transformação estrutural na organização do tempo e nas responsabilidades sociais avançaremos rumo ao trabalho decente e à justiça social para todas e todos.

&

O CUIDADO COMO CHAVE DO TRABALHO DECENTE

CAIO MAGRI,
diretor-presidente do
Instituto Ethos



Reputação e confiança



PAULO NASSAR,
diretor-presidente da
Associação Brasileira
de Comunicação
Empresarial (Aberje)
e professor titular na
Escola de Comunicações
e Artes da Universidade
de São Paulo
(ECA-USP), e

HAMILTON SANTOS,
diretor-executivo
da Aberje

O Edelman Trust Barometer 2026, pesquisa que analisa a confiança das pessoas nas instituições, traz uma informação sugestiva sobre o Brasil. Embora o País siga marcado por desigualdades profundas, a distância de confiança entre os grupos de alta e de baixa rendas é menor do que a média global, bem como menor do que a observada em países como Alemanha, Reino Unido e Japão. No Brasil, o Trust Index vai de 62, entre os mais ricos, a 53, entre os mais pobres, diferença de 9 pontos. Na média global, a distância é de 15 pontos; na Alemanha, de 18; no Reino Unido, de 19; no Japão, de 13.

O dado não elimina o problema da desigualdade brasileira, nem autoriza leituras triunfalistas. Mas ele impede um diagnóstico simplista. A desigualdade social extrema não se converte, no plano da confiança, em fratura na mesma intensidade que em sociedades menos desiguais. Isso basta para sugerir uma hipótese importante: o Brasil merece ser estudado como um laboratório particular das mediações que tornam possível sustentar vínculos de confiança em contextos adversos.

É nesse ponto que a reputação ganha centralidade. Em ambientes atravessados por assimetrias, distâncias sociais e expectativas conflitantes, a reputação funciona como mecanismo de redução de incerteza, estabilização de expectativas e produção de legitimidade. Quanto mais complexo o ambiente, maior tende a ser o valor de ativos capazes de tornar relações mais previsíveis, compromissos mais críveis e interações menos custosas.

Nesse contexto, reputação não deve ser confundida com simples visibilidade ou autopromoção. Ela é o resultado acumulado de coerência entre discurso, prática, entrega e capaci-

dade de resposta. É o que permite a uma organização ser percebida como confiável por públicos distintos — empregados, investidores, clientes, parceiros, comunidades e sociedade. Seu valor é econômico, porque reduz atritos e custos de transação; mas é também público, porque amplia a disposição para reconhecer legitimidade.

No caso brasileiro, essa questão assume um peso particular. Se aqui a confiança consegue atravessar a desigualdade de forma menos cindida do que em outros países, não significa que o problema esteja resolvido. Significa, antes, que existe um patrimônio relacional, que pode ser fortalecido ou desperdiçado. E é justamente nesse intervalo que a reputação se torna decisiva, pois ajuda a sustentar, ampliar e institucionalizar formas de confiança que, de outro modo, permaneceriam frágeis, difusas ou episódicas.

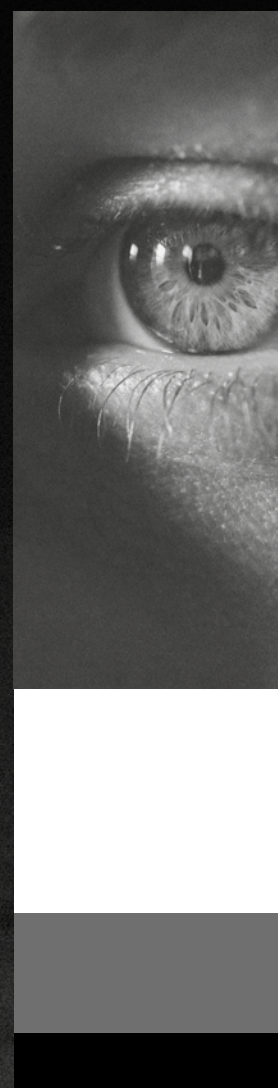
É também por essa razão que comunicação importa. Não como mera difusão de mensagens, mas como mediação entre organizações e a sociedade. Comunicar bem é produzir inteligibilidade, demonstrar coerência e construir reconhecimento em meio à complexidade. Quando se faz dessa forma, a comunicação deixa de ser ornamento e passa a operar como infraestrutura de confiança.

É por isso que a reputação se tornou um debate central a ser examinado no campo profissional da comunicação corporativa, sendo eleita como o tema do ano da Aberje. Discutir seu valor, no Brasil, é discutir mais uma questão concreta do que um ativo abstrato. É pensar como transformar confiança em vínculos duráveis, legitimidade pública e cooperação social.

&

BRASIL INSONE

texto MOURA LEITE NETTO



C

Cerca de 3 em cada 10 brasileiros têm problemas para dormir e 1 em cada 4 dorme menos do que o recomendado. A conta está no relatório Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) de 2024, do Ministério da Saúde. A pesquisa, que ouviu mais de 27 mil pessoas de todas as capitais e do Distrito Federal, perguntou: nas últimas quatro semanas, você teve dificuldade para pegar no sono? Acordou durante o sono e demorou para dormir novamente? Ou acordou antes da hora que gostaria e não conseguiu dormir de novo? As respostas trouxeram o diagnóstico, em linha com tendências internacionais.

O sono que teima em não chegar, os despertares noturnos e as horas insuficientes de descanso têm gênero, CEP e renda. Como muitos outros indicadores que medem a qualidade de vida da população, o sono é pior entre as mulheres, os mais pobres e em cidades com maiores índices de desigualdade.

Em capitais como Maceió, 27,9% das mulheres dormem menos de seis horas por noite. Em Salvador, 25,2%. No Rio de Janeiro, 24,8%. Entre os homens, os maiores percentuais aparecem em Belém, com 24,8%; Macapá, com 23,8%; e São Luís, com 23,6%.

A distribuição dos dados também revela desigualdades regionais relevantes. Capitais como Florianópolis, Campo Grande e Porto Alegre apresentam as menores frequências de sono curto entre homens, com índices que variam de 12,5% a 13,8%. Entre as mulheres, os menores percentuais ocorrem em Belo Horizonte, Campo Grande e Curitiba, com valores variando de 15,5% a 16,3%. A variação sugere que o sono responde a fatores que vão além do indivíduo, incluindo condições urbanas, organização do trabalho, mobilidade e acesso a serviços de saúde.

Os números ajudam a dimensionar o fenômeno e deixam evidente que, em algumas capitais, até um quarto da população adulta dorme menos de seis horas por noite. Esse padrão, mesmo sem diagnóstico formal de insônia, está associado ao aumento do risco de hipertensão, diabetes, obesidade e transtornos mentais.

DORMIR BEM É SAÚDE

O sono foi incluído como indicador na edição mais recente do Vigitel, com dados referentes a 2024, o que aponta para uma mudança importante de perspectiva na saúde pública. Ao fazer

parte do relatório, o sono passa, então, a ser monitorado como fator de risco para doenças crônicas, ao lado da alimentação, da atividade física e do consumo de álcool.

A literatura científica aponta que tanto o sono curto quanto o excessivo estão associados a piores desfechos clínicos, especialmente quando não são restauradores. Estudos indicam que a combinação entre curta duração e baixa qualidade do sono amplia o risco de agravos cardiovasculares, metabólicos e psiquiátricos.

Esse cenário conecta-se a evidências internacionais recentes. Um estudo publicado na revista científica *The Lancet*, em 2022, aponta que entre 30% e 50% dos pacientes que chegam à atenção primária apresentam queixas de insônia. E uma revisão sistemática, publicada em 2025 na *Sleep Medicine Reviews*, estima que 16,2% dos adultos no mundo têm insônia clinicamente relevante, o equivalente a mais de 852 milhões de pessoas. Desse total, em torno de 7,9% apresentam formas graves do distúrbio — aproximadamente 415 milhões de indivíduos.

Quando se consideram diferentes critérios diagnósticos e recortes metodológicos, a própria revisão indica que a prevalência pode alcançar 18,5%, cerca de 973 milhões de pessoas. A variação reforça que a dimensão do problema depende da definição adotada, mas, em qualquer situação, aponta para um contingente global expressivo de casos, com centenas de milhões de pessoas convivendo com formas graves de distúrbios do sono.

Quando analisados em conjunto, os dados indicam que o Brasil acompanha uma tendência global de piora do sono, mas com características próprias. A amplitude das variações entre as capitais, por exemplo, sugere que o problema não é homogêneo e está relacionado com desigualdades sociais, padrões urbanos e condições de vida.

Estudos populacionais apontam que entre 30% e 35% das pessoas apresentam sintomas de insônia em algum grau, enquanto aproximadamente 10% evoluem para quadros crônicos. Em alguns levantamentos, mais de 60% da população relata queixas relacionadas ao sono ao longo da vida, o que amplia o escopo do problema e indica um possível subdiagnóstico.

TODA NOITE MAL DORMIDA É INSÔNIA?

Clinicamente, a insônia é definida como dificuldade persistente para iniciar ou manter o sono,

“DORMIR BEM TEM PAPEL IMPORTANTE NA ORGANIZAÇÃO E NA LIMPEZA CEREBRAL. A FALTA DE SONO INTERFERE NESSES PROCESSOS, COM EFEITOS QUE SE AGRAVAM AO LONGO DO TEMPO.”

LUCIANA PALOMBINI, pesquisadora no Instituto do Sono

associada a prejuízos durante o dia, como fadiga, alterações de humor e comprometimento cognitivo. O diagnóstico considera frequência e duração. Para ser considerado insônia clínica, o problema precisa ocorrer ao menos três vezes por semana, por um período mínimo de três meses, mesmo quando há condições adequadas para dormir.

Apesar dessa definição, trata-se de um conjunto de condições que se apresenta de formas distintas. “Há a insônia de início, a de manutenção e o despertar precoce. E, muitas vezes, esses quadros têm apresentação mista”, explica Flávia Zuccolotto, psiquiatra, médica do sono e membro da Academia Brasileira do Sono (ABS). Queixa mais comum, a insônia de início pode indicar um estado de hiperalerta, frequentemente associado à ansiedade. Enquanto a dificuldade para pegar no sono costuma refletir estados de ativação mental, a insônia de manutenção costuma estar associada à fragmentação do sono por distúrbios respiratórios, dor ou outras condições clínicas. O despertar precoce aparece com frequência em quadros depressivos.

Para além do diagnóstico médico de insônia, existe o sono insuficiente, que é quando o indivíduo simplesmente não pode dormir a quantidade necessária de horas, seja pelas jornadas extenuantes de trabalho, seja pelo uso excessivo de telas, seja pela rotina instável. Nesses casos, o sintoma clássico é a sonolência ao longo do dia, com repercussões cognitivas importantes em atividades que exijam raciocínio e concentração ou naquelas que peçam habilidades específicas, como na operação de determinados equipamentos. Há consequências também para a memória, a produtividade, as tomadas de decisão e as relações sociais.

A literatura internacional é bem explícita ao associar sono de má qualidade a doenças cardiovasculares, metabólicas e neurodegenerativas, além de transtornos psiquiátricos. “Quando se soma a pouca disponibilidade para dormir com sintomas de insônia, o resultado é um sono curto, com várias repercussões desfavoráveis na saúde geral”, reforça Flávia.

QUANDO DORMIR É LUXO

Uma parcela significativa da população não apresenta insônia no sentido clínico, mas privação de sono. Se a pessoa consegue dormir mais e recuperar-se quando o despertador está desligado, trata-se de privação de sono, uma diferença fundamental em relação à insônia, que é quando o sono não chega mesmo quando há tempo e condições adequadas para dormir.

Diferentemente da insônia, que pode demandar uma abordagem médica específica, a privação de sono exige principalmente ajuste de hábitos, ressalta Luciana Palombini, pneumologista e pesquisadora no Instituto do Sono. Dormir menos que o necessário, segundo a especialista, tornou-se comum nos grandes centros urbanos.

Jornadas extensas de trabalho, deslocamentos longos e múltiplas demandas cotidianas reduzem o tempo disponível para o descanso. O sono passa a competir com outras atividades e perde espaço na rotina. “Dormir bem tem papel importante na organização e na limpeza cerebral. A falta de sono interfere nesses processos, com efeitos que se agravam ao longo do tempo”, alerta Luciana.

‘JET LAG’ SOCIAL

“Desde o advento da luz elétrica e com os dispositivos tecnológicos, passamos a invadir a noite, atrasando nossos ritmos biológicos”, explica Fernando Louzada, neurocientista e coordenador do Laboratório de Cronobiologia Humana da Universidade Federal do Paraná (Labcrono/UFPR). Esse atraso no horário de dormir, observa o neurocientista, não é acompanhado por um atraso equivalente no horário de acordar. O especialista acrescenta que a luz artificial interfere diretamente na regulação do sono. “Ela inibe a secreção da melatonina, hormônio que sinaliza a noite interna do organismo. Quando há exposição à luz após o anoitecer, especialmente a luz de telas, ocorre atraso no início do sono”, afirma.

Esse desalinhamento manifesta-se no chamado *jet lag* social. “Nos dias livres, as pessoas tendem a prolongar o tempo

de sono, criando uma irregularidade entre dias úteis e fins de semana. Níveis elevados de *jet lag* social estão associados a alterações metabólicas e piora na saúde mental”, constata Louzada.

Do ponto de vista evolutivo, o problema também se evidencia. “Quando observamos o sono na sociedade atual, a média gira em torno de cinco horas e meia por noite, enquanto o ideal seria cerca de sete horas”, afirma Leo Pruimboom, médico fisiologista e diretor fundador do Instituto Pruimboom. Esse descompasso tem origem em fatores ambientais ligados à modernidade e ao afastamento de ambientes naturais.

GÊNERO E IDADE

As diferenças entre homens e mulheres aparecem de forma consistente nos dados dos mais importantes estudos publicados sobre o tema. A revisão da *Sleep Medicine Reviews* aponta prevalência de insônia de 18,9% entre mulheres, contra 13,4% entre homens. Nas formas graves, os percentuais são de 9,9% e 5,9%, respectivamente. Os dados do Vigil tel seguem esse padrão.

As explicações são diversas. Há influência hormonal ao longo da vida, desde o ciclo menstrual até a menopausa, além de fatores comportamentais e sociais, como as múltiplas funções entre trabalho remunerado, doméstico e de cuidado — tudo contribui para a piora da qualidade do sono.

No climatério, fase de transição entre o período reprodutivo e o não reprodutivo, até 60% das mulheres relatam sofrer de insônia em algum momento, de acordo com o Instituto do Sono. As causas, no entanto, não estão totalmente definidas, mas a queda na produção de alguns hormônios são algumas delas, uma vez que os estrógenos desempenham função importante no relógio biológico, e sua desregulação pode alterar o ciclo natural do sono. Há, ainda, as alterações psicológicas, pois nessa fase é comum surgirem sintomas de ansiedade, depressão, oscilação de humor e irritabilidade, que dificultam o sono reparador.

Além dos sintomas físicos e emocionais, é na meia-idade que muitas mulheres se desdobram entre trabalho, cuidados com filhos e pais idosos e tarefas domésticas, o que gera estresse e prejudica o sono. A percepção dos sintomas também influencia os dados. “As mulheres tendem a procurar mais atendimento e a relatar mais sintomas, o que também contribui para a maior prevalência”, pontua Flávia, da ABS.

Quando se observa a faixa etária, as notícias não são boas, já que noites insones acometem

as pessoas cada vez mais cedo. “Há evidências de que adolescentes e jovens adultos estão dormindo pior do que gerações anteriores”, aponta Louzada, da UFPR. “O uso intensivo de telas e a ampla disponibilidade de luz elétrica favorecem o atraso do sono”, detalha.

Adolescentes deveriam dormir de oito a dez horas — tempo fundamental para processos cerebrais de aprendizado e memória, construção de um metabolismo saudável e desenvolvimento hormonal. No entanto, uma pesquisa com mais de 120 mil jovens norte-americanos, publicada na revista científica *JAMA*, mostra que 76,8% dormem sete horas ou menos por noite, enquanto 23% dormem cinco horas ou menos.

DORMIR BEM É UM SONHO?

Apesar da alta prevalência, a insônia é tratável. O estudo publicado na *The Lancet* aponta a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) como primeira linha de tratamento, com eficácia sustentada ao longo do tempo. De acordo com especialistas, o tratamento da insônia deve priorizar intervenções não farmacológicas, como reorganização da rotina, manejo do estresse e adoção de medidas de higiene do sono, descreve Luciana, do Instituto do Sono. “O uso de medicação pode ser indicado em situações específicas, por exemplo quando há associação com transtornos como depressão, mas deve ser feito com cautela e, preferencialmente, por curto prazo para evitar o risco de dependência”, orienta.

Nesses casos, os fármacos podem auxiliar no relaxamento, na indução do sono ou na redução de despertares, mas o seu uso prolongado está associado a dependência, prejuízo cognitivo, risco de quedas e comportamentos complexos durante o sono. O uso inadvertido do hemitarato de zolpidem, por exemplo, transformou o medicamento em um problema de saúde pública no Brasil, segundo uma nova diretriz clínica nacional da Academia Brasileira de Neurologia (ABN), publicada na revista *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*. É o primeiro consenso brasileiro sobre abuso, dependência e manejo seguro dessas substâncias.

Por isso, diante dos primeiros sinais de insônia, a orientação do Ministério da Saúde é buscar atendimento por meio da Atenção Primária à Saúde (APS), que tem a função fundamental na identificação precoce de sintomas que necessitem de mais atenção. Insônia tem tratamento e dormir bem é um direito.

1983 — A insônia passa a ser compreendida como fenômeno populacional.

1990–2000 — A mensuração torna-se mais rigorosa. Revisões epidemiológicas internacionais indicam prevalência entre 10% e 40%.

2000 — No Brasil, o Projeto Bambuí aponta 35,4% da população com insônia, com forte diferença entre sexos: 47% entre mulheres e 20,8% entre homens.

2022 — Revisões internacionais consolidam o quadro: até 36% da população apresenta sintomas, com mais risco nas mulheres (41%).

2024 — O Vigil tel passa a incluir o sono como indicador populacional: 31,7% dos adultos relatam sintomas de insônia e 20,2% dormem menos do que o recomendado.

2025 — Revisão sistemática publicada na *Sleep Medicine Reviews* estima que 16,2% dos adultos no mundo têm insônia, 7,9% em formas graves.

Autismo subdiagnosticado

texto AGÊNCIA BORI*



Crianças com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo 1, doença genética rara que afeta a musculatura, podem apresentar maior frequência de Transtorno do Espectro Autista (TEA) do que a observada na população em geral — e parte desses casos pode estar subdiagnosticada. A conclusão é de um estudo publicado em 19 de março na revista científica *Developmental Medicine and Child Neurology*.

A pesquisa avaliou 13 crianças de dois a sete anos com AME tipo 1 que estavam em tratamento com terapias modernas para a doença. A fim de investigar a presença simultânea de TEA, uma equipe multiprofissional avaliou o histórico de desenvolvimento das crianças, observou o comportamento em consulta e aplicou testes padronizados para medir habilidades cognitivas, comunicação, socialização e autonomia no cotidiano. Um instrumento de triagem clássico para traços de autismo também foi utilizado, mas o diagnóstico final foi definido a partir de critérios clínicos consolidados e da avaliação integrada da equipe especializada.

Para garantir que as limitações motoras não mascarassem os resultados, a equipe utilizou testes que não dependessem de fala, movimentos de mão ou apontar objetos — habilidades que as crianças com AME frequentemente não têm. As avaliações mediram raciocínio não verbal, comunicação, socialização, autonomia nas atividades do dia a dia e comportamento. O diagnóstico de TEA foi estabelecido com base na integração de todos esses dados pela equipe multiprofissional, seguindo critérios clínicos internacionais — e não com base em instrumentos isolados.

Dentre os 13 pacientes avaliados, cinco foram classificados no espectro autista, representando uma proporção de cerca de 38%. Na população geral, o TEA ocorre entre 1% e 2% das crianças. “Os dados atuais ainda não permitem confirmar uma relação causal direta entre a AME tipo 1 e o TEA”, explica a neurocientista Mara Cordeiro, co-autora e orientadora do estudo. “A interpretação

mais adequada, neste momento, é que crianças com AME tipo 1 podem apresentar maior vulnerabilidade no desenvolvimento neuropsicológico, como resultado da interação entre fatores biológicos, limitações motoras e aspectos ambientais.”

As crianças com as duas condições simultâneas apresentaram desempenho cognitivo mais baixo e mais dificuldades adaptativas do que aquelas com AME sem TEA. A diferença foi marcada, principalmente, em ações como comunicação, socialização e capacidade de realizar atividades cotidianas de forma independente. Segundo os autores, esse padrão reflete tanto as características do TEA quanto o efeito da própria doença neuromuscular, que restringe as oportunidades da criança de interagir com o ambiente e desenvolver autonomia.

A pesquisa também indica que o reconhecimento do TEA pode ser particularmente desafiador nessa população. Na avaliação do comportamento, o que mais se evidenciou foi a presença de sintomas como ansiedade, e não agitação ou impulsividade, como seria esperado. Os autores sugerem que esse perfil mais voltado para dentro pode estar ligado à baixa autonomia e à condição de viver com uma doença que exige cuidados intensivos. Como a ansiedade pode ser facilmente confundida com características da AME, sinais de TEA acabam passando despercebidos, o que ajuda a explicar por que duas das cinco crianças diagnosticadas com o transtorno haviam apresentado resultado negativo na triagem clássica.

“Ferramentas e instrumentos tradicionais de avaliação foram desenvolvidos para as crianças que conseguem se movimentar, apontar, manipular objetos ou utilizar linguagem verbal, o que pode levar à subnotificação do TEA nessa população”, explica Mara. Segundo a neurocientista, as limitações motoras e de comunicação e a elevada dependência de cuidados, típicas da doença, podem dificultar a identificação dos sinais do transtorno. “Os resultados chamam atenção para a necessidade de ampliação do olhar clínico sobre

crianças com AME, já que sinais de autismo podem passar despercebidos quando as avaliações não consideram as limitações motoras da doença”, acrescenta.

Quando o diagnóstico é tardio ou não ocorre, o acesso às intervenções também pode ser prejudicado. Os pesquisadores observaram que crianças que iniciaram tratamento para AME mais precocemente, de preferência antes do surgimento dos sintomas, apresentaram desempenho cognitivo mais favorável em comparação com aquelas que começaram mais tardiamente. “O tratamento precoce parece oferecer vantagens amplas, mas ainda precisamos de estudos mais abrangentes para compreender melhor o resultado específico sobre cognição, comportamento e adaptação funcional”, adverte Mara.

A neurocientista destaca que é necessário olhar além da função motora. E enfatiza que o seguimento deve incluir avaliação periódica de comunicação, cognição, comportamento e funcionamento adaptativo, com participação de equipes multiprofissionais e intervenções precoces.

“Também é essencial adaptar instrumentos de rastreamento para crianças com limitações motoras graves, pois muitas ferramentas tradicionais podem não identificar adequadamente sinais de TEA nesse contexto”, ressalta Mara. “Com os avanços das terapias para AME, essas crianças estão vivendo mais e com melhor evolução motora. O próximo desafio é garantir que também tenham acompanhamento adequado do desenvolvimento cognitivo, da comunicação e do comportamento ao longo da vida”, conclui.

O estudo, realizado no mestrado da neuropediatra Lorena Rezende, sob orientação da neurocientista Mara Cordeiro, é fruto de uma colaboração entre o Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, o Hospital Pequeno Príncipe e as Faculdades Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR).

&

**PESQUISA DO
INSTITUTO DE
PESQUISA PELÉ
PEQUENO PRÍNCIPE
REFORÇA A
IMPORTÂNCIA DE
MONITORAMENTO
NEUROPSICOLÓGICO
E MULTIDISCIPLINAR
CONTÍNUO EM
CRIANÇAS COM
ATROFIA MUSCULAR
ESPINHAL**

* SOBRE A BORI

Por meio de tecnologia, curadoria e *expertise* jornalística e científica, a BORI oferece soluções para tornar o conhecimento científico acessível, transformando conhecimento em impacto público com soluções personalizadas. Pelo seu trabalho pioneiro e inovador, a BORI já recebeu mais de dez prêmios nacionais e internacionais na área de divulgação científica. Acesse www.abori.com.br.

B

texto DIMALICE NUNES

Para ler

Pão dos anjos: a história da minha vida
Patti Smith (Companhia das Letras, 2026)

Às vésperas de completar 80 anos, a compositora, cantora e escritora traz, novamente, a própria história para o centro da criação literária. Em *Pão dos anjos*, o ponto de partida é a infância no pós-guerra norte-americano, período em que a autora de *Horses* viveu com a família em quartos de pensão e conjuntos habitacionais prestes a serem demolidos na Filadélfia. Na adolescência, o contato com o que embasaria sua poética — Rimbaud, Bob Dylan e os *beats* — faz surgir as primeiras tentativas de unir palavra e melodia. No verão do amor, a relação com Robert Mapplethorpe — tema de seu mais aclamado livro, *Só garotos*. Mais tarde, o encontro com Fred “Sonic” Smith, com quem se casou e construiu uma vida de arte e liberdade até a viuvez precoce, em 1994. Mais do que uma autobiografia, o novo livro de Patti mostra o poder transformador da arte, dos momentos mais prosaicos aos mais difíceis.



Para ver

FUNK: um grito de ousadia e liberdade
Museu da Língua Portuguesa — exposição até 30 de agosto

Nascido das periferias urbanas e estudado por pesquisadores como um dos movimentos culturais mais influentes do País, o funk afirma-se como linguagem estética, política e social que transforma modos de falar, vestir e criar. É a partir dessa força que a exposição debate o papel do gênero musical nos repertórios linguísticos, artísticos e afetivos. Com curadoria de Taísa Machado, Dom Filó, Amanda Bonan, Marcelo Campos e Renata Prado, a exposição apresenta e articula a história do funk para além da sua sonoridade, evidenciando sua origem na matriz cultural urbana e periférica, a sua dimensão coreográficas e as comunidades, além de seus desdobramentos estéticos, políticos e econômicos no imaginário constituído em torno dele.

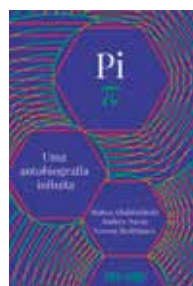


Imagens: Divulgação

Para ler

Pi: uma autobiografia infinita
Mahsa Allahbakhshi e Andrés Navas, com ilustrações de Verena Rodríguez (Tinta da China, 2026)

Um número tem história? *Pi: uma autobiografia infinita*, escrito em parceria pela iraniana Mahsa Allahbakhshi e pelo chileno Andrés Navas, pesquisadores na área da Matemática, o Pi não só tem uma biografia, como conta sua história em primeira pessoa, levando o leitor numa viagem pelo universo dessa ciência, da antiga Mesopotâmia até o século 21. Um personagem irracional, infinito e por vezes incompreendido, que sai em busca de respostas para os próprios mistérios. Em prosa leve e irreverente, com ilustrações vibrantes e uma pitada de erudição, *Pi* revela como tornou-se célebre e fascinante.



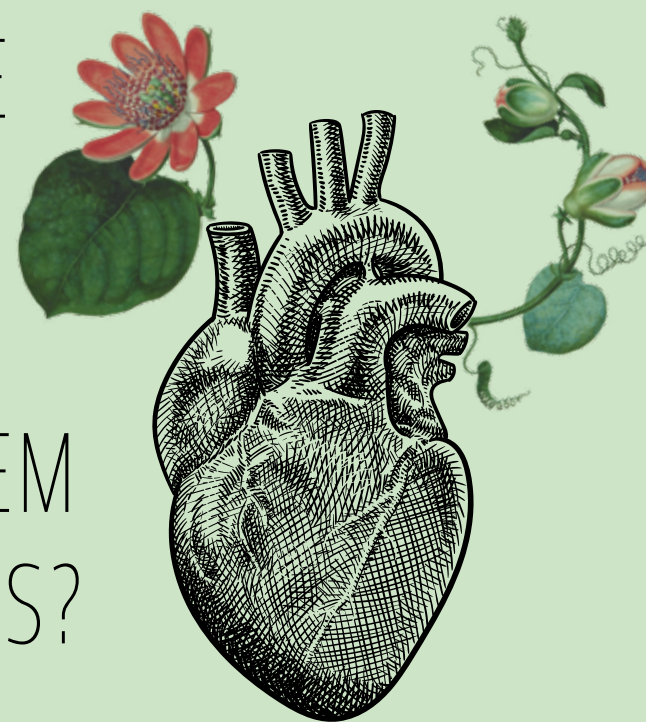
Para ver

Cenas da redemocratização
Fundação Fernando Henrique Cardoso — disponível no site da Fundação e no YouTube

Entre os anos 1980 e 1990, o jornalista Alexandre Machado esteve à frente do programa de entrevistas *Vamos Sair da Crise*, veiculado pela TV Gazeta de São Paulo. Na atração, Machado conversou com intelectuais e políticos que marcaram o período da redemocratização do Brasil, inclusive com os principais candidatos à presidência nas eleições de 1989, a primeira depois da ditadura. O acervo teria se perdido se o próprio apresentador não tivesse guardado as fitas em VHS consigo. Agora, esse pedaço da história brasileira ganhou a internet por meio de um projeto da Fundação Fernando Henrique Cardoso. O material está disponível no site do acervo da instituição. Foi produzida também uma pequena série documental para o YouTube, com dez episódios curtos contendo coletâneas de declarações de alguns dos entrevistados.



É VERDADE QUE SÓ EXISTE SAUDADE EM PORTUGUÊS?



Dizer em uma palavra o que outros idiomas falam em expressões não torna nossa língua única, mas provavelmente mais poética

texto EDISON VEIGA

A ideia de que a palavra “saudade” só existe em português é comum no imaginário popular, mas trata-se de um mito. “Pura e simplesmente não é verdade. Existem vários idiomas com palavras que recobrem total ou parcialmente o sentido de saudade”, explica o linguista, escritor e tradutor Caetano Galindo, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e autor, dentre outros livros, de *Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português* (Companhia das Letras, 2023).

Galindo dá dois exemplos: a palavra romena *dor* e a alemã *sehnsucht*. “Querem dizer a mesma coisa que a nossa ‘saudade’. E existem em vários idiomas palavras muito próximas com esse sentido”, acrescenta. Segundo o professor, dizer que é uma proximidade de sentido não é uma

desclassificação, porque não existem traduções perfeitas. “Não é problema dizer que *dor* ou *sehnsucht* não cobrem exatamente o sentido da nossa ‘saudade’. É assim que funcionam as equivalências de sentido entre os idiomas”, destaca.

“Por alguma razão, embora o étimo [*vocabulo que é a origem de outro*] tenha proliferado em línguas românicas, em nenhum caso ele contém o sentido específico conhecido entre nós”, aponta o professor de português Emerson Rossetti, criador do canal *Elite da Língua*, no YouTube. “Em outros idiomas, há termos que se aproximam da maneira como nós definimos saudade, daí certa dificuldade com as traduções”, completa.

Em um famoso texto publicado em 1941, o romancista Vladimir Nabokov (1899–1977) refletiu

sobre as dificuldades da tradução. Segundo ele, o impasse está no fato de que o falante de cada idioma tem imagens diferentes quando pensa nas palavras — assim, um pão para um brasileiro nunca será idêntico a um *bread* para um norte-americano, ou a um *kruh* para um esloveno, por exemplo.

Professor na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o linguista e tradutor Sérgio Freire acrescenta que a ideia de que certas palavras existem apenas em uma determinada língua para expressar um conceito específico é um fenômeno que ocorre em todos os idiomas. “Cada um recorta a experiência humana de maneira própria”, afirma. O que forma o chamado repertório linguístico-conceitual, portanto, é a diacronia, ou a história da língua.

De acordo com Freire, assim como “saudade” concentra em uma única palavra aquilo que outras línguas expressam por meio de construções como *I miss you, tu me manques, ou te echo de menos*, outras línguas também têm termos específicos para experiências culturalmente significativas. Um exemplo interessante: no yagán, língua indígena falada no arquipélago da Terra do Fogo, no extremo Sul do continente americano, *mamihlapinatapei* significa “o olhar silencioso, porém significativo, trocado por duas pessoas que desejam iniciar algo, mas hesitam”. “Os yaganes deram um nome para esse ‘frio na barriga’ compartilhado”, observa.

Por outro lado, se a versão popular de que a palavra seria uma singularidade lusófona não passa de mito, o professor Galindo lembra que há uma beleza genuína na sua origem. “A etimologia da palavra é lindinha. Na verdade, é mais interessante do que o mito”, argumenta. A palavra “saudade” vem do latim *solitas* na forma do acusativo. “É a qualidade de quem é só. Isto é: quer dizer ‘sozinho’, a qualidade de estar sozinho”, ensina Galindo. Em português medieval, se dizia *soidade*.

E por que a história pegou? Há uma poesia implícita e um sentimento bonito na ideia de se considerar falante exclusivo de uma palavra com significado tão bem-acabado. Isso fascina. “A palavra ‘saudade’ frequentemente alimenta o romantismo da ideia de uma língua única e intraduzível, o que é compreensível, já que o imaginário dos falantes funciona assim”, reflete Freire. “Não é caso único, mas um caso nosso. Daí o carinho”, conclui.

&

HÁ 200 ANOS, A CASA DO POVO?

Pilar da representação popular e reflexo das forças políticas brasileiras, a Câmara dos Deputados chega aos seus 200 anos no centro das instituições democráticas do País. Sua missão: elaborar leis, fiscalizar o Executivo e debater os temas nacionais. Também designada como câmara baixa do Congresso Nacional – faz parte do Poder Legislativo, ao lado do Senado –, foi criada pela Constituição de 1824 e instalada no dia 6 de maio de 1826, data de abertura da primeira legislatura do Parlamento do Império do Brasil, então governado por D. Pedro I.

texto HERBERT CARVALHO

Se, hoje, a Câmara dos Deputados é integrada por 513 parlamentares eleitos pelo voto proporcional e tem apenas 18% de suas cadeiras ocupadas por mulheres — que são 51% da população —, em suas origens, a instituição foi regida por um critério censitário infinitamente mais excludente: eram 102 membros escolhidos por eleições indiretas, das quais podiam participar somente homens maiores de 25 anos, com renda líquida anual superior a 200 mil réis.

Dessa forma, estavam excluídos do direito ao voto as mulheres, os escravizados, os indígenas e os pobres. Para que se tenha uma perspectiva de nosso déficit democrático, até 1934, quando as mulheres puderam votar pela primeira vez, a situação não era muito diferente. Se, em 1870, os eleitores eram 1% da população, em 1912, na Primeira República, não passavam de 1,3%.

Na primeira metade do século 19, enquanto a América espanhola se fracionava numa miríade de repúblicas, a ex-colônia portuguesa manteve a integridade territorial por meio de uma monarquia hereditária constitucional, exercida pelo imperador e por uma Assembleia Geral de deputados, eleitos periodicamente, e senadores vitalícios, escolhidos pela Coroa.

O Estado brasileiro que emergiu da Independência, em 1822, transformou as capitanias do tempo colonial em províncias sem autonomia, submetidas a uma centralização política e administrativa que se mostrou capaz de evitar a fragmentação do País durante a Regência, período marcado por revoltas regionais, entre 1831 e 1840. Ao mesmo tempo, tentava conciliar os princípios do liberalismo com o regime escravocrata, que se tornou único nas Américas na década de 1860, quando foi extinto nos Estados Unidos.

Em 1826, ano da instalação do primeiro Parlamento, D. Pedro I já havia perdido a maior parte de sua popularidade com a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição, em 1824, arroubos autoritários que provocaram, no Nordeste do País, no mesmo ano, a revolução da Confederação do Equador, esmagada por repressão brutal.

GÊNESE NO ABSOLUTISMO

O mesmo personagem que passou à história de Portugal como o liberal D. Pedro IV, tornara-se, no Brasil, cada vez mais absolutista, cercado de auxiliares portugueses remanescentes da



corte de seu pai, D. João VI. Duas correntes políticas digladiavam-se nas ruas e no Parlamento: os restauradores, também chamados de caramurus, em cujas fileiras militava o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva; e os liberais, como o deputado e futuro regente padre Antônio Feijó.

A abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, deu início ao turbulento interregno regencial, que teve fim somente em 1840, com a decretação da maioria de D. Pedro II, então com 14 anos. Esta surgiu por um golpe de força, já que a Constituição estabelecia que apenas aos 18 anos ele poderia governar. Além disso, propostas para encurtar esse tempo foram rejeitadas por pequena diferença no Senado e na Câmara, nas mais tumultuadas sessões de todo o período imperial, com as galerias lotadas.

Inconformados, os liberais exaltados, que alçaram essa bandeira, ganharam as ruas instigando multidões, já fartas da Regência, com os versos: “Queremos Pedro Segundo/Embora não tenha idade/A nação dispensa a lei/E viva a Maioridade”. Em 23 de julho, a quatro meses de completar 15 anos, perante senadores e deputados reunidos, o menino impera-

dor jurou manter a religião católica e a indivisibilidade do Império, além de fazer observar a Constituição e as leis, o que cumpriria durante todo o Segundo Reinado.

A partir de 1841, consolidou-se no Brasil o parlamentarismo às avessas, como foi chamado, por inverter o modelo britânico no qual foi inspirado, pois o gabinete ministerial era escolhido pelo imperador, e não pela maioria parlamentar. Cabia à Câmara dos Deputados, porém, manter ou não o primeiro-ministro, que podia ser submetido a voto de confiança ou de desconfiança.

Até 1889, quando D. Pedro II é destronado, sucederam-se mais de 30 gabinetes, revezando-se no poder o Partido Liberal, representante dos proprietários rurais, e o Conservador, que, além da elite agrária, afinava-se também com os interesses do grande comércio e do sistema financeiro.

Apesar disso, a Câmara dos Deputados foi sensível ao consenso nacional pela abolição da escravatura, aprovando em regime de urgência, por 83 votos a 9 no primeiro turno, e por aclamação no segundo, a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

DO RIO AO PLANALTO CENTRAL

O prédio que abrigou a Câmara dos Deputados durante o Império e as primeiras décadas da República foi o edifício da Cadeia Velha, no centro do Rio de Janeiro, que carregava forte carga simbólica por ter sido o local da prisão, durante três anos, de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, antes de ser enforcado, em 21 de abril de 1792.

Demolido em 1922, deu lugar ao Palácio Tiradentes, que voltou a sediar a Câmara dos Deputados de 1926 a 1960 e foi palco dos debates para a elaboração das Constituições de 1934 e 1946. Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, o Poder Legislativo passou a funcionar no Palácio do Congresso Nacional, na Praça dos Três Poderes.

Em 1968, a Câmara dos Deputados estava no olho do furacão — recusou-se a dar autorização para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso que incomodou a ditadura militar. No dia seguinte, 13 de dezembro, a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) colocou o Congresso em recesso e inaugurou os Anos de Chumbo, com parlamentares cassados, presos e até mortos, como Rubens Paiva.

Principal líder civil pela redemocratização do Brasil e presidente da Assembleia Nacional Constituinte em 1988, Ulysses Guimarães tornou-se símbolo da Câmara dos Deputados e, atualmente, dá nome ao seu plenário. Eleito 11 vezes deputado federal por São Paulo (entre 1951 e 1992) e três vezes presidente da Casa, deixou um alerta atemporal para seus pares, válido no século 21: “A história nos desafia para grandes serviços, nos consagrará se os fizermos, nos repudiará se desertarmos”.

&



a culpa é da ciência

E podemos provar com evidências científicas.

A Culpa é da Ciência é uma newsletter que compartilha notícias frescas, além de bastidores e reflexões sobre a ciência brasileira com foco nas pesquisas disseminadas pela Bori que pautaram a imprensa. Também mostramos as engrenagens que movem a construção de conhecimento científico e como ele se conecta com nossa vida prática.

Com um tom leve e direto, trazemos um olhar aguçado sobre a produção científica nacional e grandes questões que as permiam, da política científica à economia.

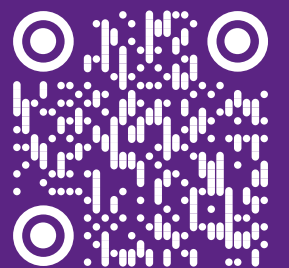


abori.com.br

'bori'

soluções para um conhecimento científico acessível

A "Culpa" é sua também. Assine e receba gratuitamente no seu e-mail:



aculpaedaciencia.abori.com.br



FAZEMOS PARTE DO BRASIL QUE QUER MAIS.

Todos os dias, trabalhamos pelo sucesso do empreendedor e do País.

Nos mobilizamos pela prosperidade da economia e das pessoas.

Promovemos o bem-estar social, a educação, a capacitação, a empregabilidade e a cultura — com o Sesc e o Senac.

Incentivamos a inovação, a modernização, a governança e o desenvolvimento sustentável.

Defendemos a ética, a transparência e um Estado mais ágil e eficiente.

Acreditamos na capacidade infinita do brasileiro de criar e fazer um país melhor para todos.

[ACESSE FECOMERCIO.COM.BR](https://www.fecomercio.com.br)

E SAIBA MAIS.